



## CHAMADA PÚBLICA

### EDITAL DE CHAMAMENTO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, realizará CHAMADA PÚBLICA para manifestação de interesse e sugestões acerca da complexidade e coerência das especificações do Projeto Básico e Anexos, a fim de munir a Administração de subsídios que embase a futura licitação pela Administração.

**Data da sessão: 05 de abril de 2018**

**Horário: 10h00min** (horário de Brasília-DF)

**Local:** FIOCRUZ – Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC) - Gestão de Compras e Contratos, Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sala 11, Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente CHAMADA PÚBLICA compreende o estudo para embasar a futura licitação cuja finalidade será a aquisição de solução corporativa de telefonia, contemplando contratação de empresa especializada para fornecimento de PABX IP baseado em Software Livre, aparelhos telefônicos IP, serviço de instalação, serviço de treinamento, garantia “on site” com reposição de peças de 24 meses, sistema de bilhetagem e de tarifação baseados ou não em Software Livre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, Edital e Anexos.

1.2. Para tal estudo, a Administração pretende, através da presente CHAMADA PÚBLICA:

1.2.1. Verificar a existência de possíveis interessados na contratação pretendida;

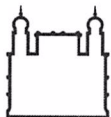
1.2.2. Avaliar a complexidade e a coerência das especificações do Projeto Básico e anexos;

1.2.3. Avaliar sugestões e críticas construtivas a fim de munir a Administração de subsídios que embase o edital da futura licitação.

#### 2. DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO

2.1. A aquisição deste edital, da minuta de Edital de Pregão, do Projeto Básico e seus Anexos poderá ser feita gratuitamente através do site da COGIC: [www.cogic.fiocruz.br](http://www.cogic.fiocruz.br), através do link: [http://www.cogic.fiocruz.br/Chamada\\_2-2018-COGIC.zip](http://www.cogic.fiocruz.br/Chamada_2-2018-COGIC.zip).

2.2. Outra forma de adquirir o jogo completo da documentação (minuta do edital e anexos) poderá ser através do comparecimento dos interessados, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min, na COGIC, Serviço de Gestão de Compras/SEGEC, Av. Brasil, 4365, Campus da FIOCRUZ Manguinhos - RJ - Sala 11 - CEP 21040-360, a partir da data de publicação, mediante requerimento da Licitante interessada à COGIC, devendo fornecer dispositivo de armazenamento para cópias (CD, DVD, Pendrive).



### **3. DA DATA, DO HORÁRIO E DO LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA**

3.1. Na data, horário e local constantes do preâmbulo deste chamamento, os interessados solicitarão o seu credenciamento junto à COGIC e farão a entrega das suas considerações, conforme subitem 1.2 deste chamamento.

3.2. Se na data indicada para abertura da sessão não houver expediente na Instituição, a abertura da licitação fica transferida para o primeiro dia útil subsequente, observados o mesmo local e horário.

### **4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

4.1. Todas as dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhadas à COGIC, através do endereço de e-mail [segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br) ou entregues pessoalmente no endereço constante do subitem 2.2 deste edital, em até 5 [cinco] dias úteis antes da data designada para a sessão pública.

4.2. Após a análise das dúvidas, os esclarecimentos serão divulgados no sítio eletrônico [www.cogic.fiocruz.br](http://www.cogic.fiocruz.br), em até 48 (quarenta e oito) horas do pedido de esclarecimento.

4.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste chamamento, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

4.4. Os prazos previstos neste instrumento iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente no âmbito da FIOCRUZ.

### **5. DO CREDENCIAMENTO**

5.1. O interessado deverá se apresentar para credenciamento junto à COGIC por intermédio de representante que, devidamente munido de documento que o credencie, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo documento oficial de identificação, com foto e CARTA DE CREDENCIAMENTO nos moldes do **Anexo I** deste edital.

5.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida e com poderes para representar. Em sendo o representante o próprio interessado, sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado, deverá este apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social.

5.3. O interessado que não se credenciar perante a COGIC, poderá participar na condição de ouvinte da sessão pública.

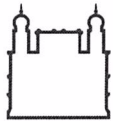
5.4. O credenciamento poderá ser feito via e-mail ([segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br)) ou através da documentação enviada via postal, ao endereço constante do subitem 2.2 deste edital.

### **6. DA PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar desta CHAMADA PÚBLICA:

6.1.1. Pessoa Física.





6.1.2. Pessoa jurídica legalmente estabelecida no País.

6.1.3. Pessoas jurídicas organizadas em consórcio.

6.2. Não poderão participar direta ou indiretamente desta CHAMADA PÚBLICA:

6.2.1. Pessoas jurídicas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

7.1. Os documentos de manifesto interesse no objeto doravante licitado, bem como as sugestões e críticas construtivas deverão ser apresentados em envelopes, com a identificação do interessado.

7.2. Tais documentos deverão estar redigidos em português, digitados, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, com clareza e objetividade, sendo datados e assinados pelo interessado ou por seu representante legal, devidamente identificado pelo nome por extenso e documentos de identificação.

7.3. Deverão conter o nome ou razão social, o CPF ou CNPJ, a referência ao assunto, o endereço completo, os contatos telefônicos e de e-mail.

7.4. Os interessados que não desejarem comparecer à sessão pública presencial, poderão enviar as suas considerações, na forma do item 8, para o endereço eletrônico [segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br) ou via postal ao endereço constante do subitem 2.2 deste edital.

## **8. DA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

8.1. O Termo de Referência contendo o detalhamento das atividades a serem realizadas e demais regras inerentes ao processo futuro de licitação será disponibilizado conforme item 2 deste chamamento.

8.2. O Termo de Referência estabelece as diretrizes e premissas do estudo que orientam sua elaboração, e devem ser interpretadas como indicativas. Os interessados podem propor inovações.

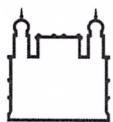
8.3. Do mesmo modo, o edital de licitação contendo as premissas de participação e critérios de aceitação das propostas e de habilitação no futuro certame, também será objeto de análise dos interessados, apresentando-se como anexo deste edital de chamada pública.

8.4. Cada uma das eventuais sugestões deverá ser devidamente fundamentada e tecnicamente justificada.

8.5. O conteúdo dos documentos apresentados deve considerar a regulamentação e a legislação vigentes.

## **9. DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

9.1. Após a fase de credenciamento e entrega dos envelopes de documentação, a COGIC iniciará a leitura das proposições, dando ciência a todos os presentes.



9.2. Em seguida, dará início às discussões, devendo ser coordenadas pela COGIC, de forma igualitária entre os presentes.

9.3. A desistência em apresentar sustentação oral, quando convidado pela Administração, implicará na convocação de outro participante e assim por diante, para efeito de isonomia entre todos.

9.4. Caso não se realize argumento verbal, será dado encerramento às discussões.

9.5. As colaborações enviadas via e-mail ou via postal farão parte das sugestões a serem consideradas, ficando os interessados sem representação para participação nas eventuais discussões.

## **10. DA ANÁLISE DAS PROPOSIÇÕES**

10.1. Para efeito de análise acerca das proposições, com possibilidade de aproveitamento no futuro edital de licitação, a Administração irá considerar os seguintes critérios:

10.1.1. O interesse público, a conveniência e oportunidade administrativa.

10.1.2. As diretrizes e premissas definidas pelas legislações, jurisprudência e normas técnicas, com a possibilidade de retificações e complementações, que poderão ser feitas no futuro edital de licitação.

10.1.3. Consistência e coerência das informações que subsidiarem as sugestões e/ou críticas construtivas.

10.1.4. A adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor técnica aplicável.

10.1.5. A demonstração comparativa de custo e benefício das proposições em relação a opções funcionalmente equivalentes, caso sejam apresentadas alterações na modelagem da Administração, em relação ao estabelecido no Projeto Básico.

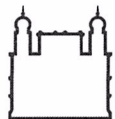
10.1.6. Impacto socioeconômico das proposições para o empreendimento.

10.2. Na hipótese da COGIC entender que nenhuma das proposições apresentadas seja pertinente e compatível com o interesse público e com a finalidade administrativa, não serão consideradas qualquer delas para utilização em futura licitação.

## **11. DA FUTURA LICITAÇÃO**

11.1. A finalidade da futura licitação será a aquisição de solução corporativa de telefonia, contemplando contratação de empresa especializada para fornecimento de PABX IP baseado em Software Livre, aparelhos telefônicos IP, serviço de instalação, serviço de treinamento, garantia “on site” com reposição de peças de 24 meses, sistema de bilhetagem e de tarifação baseados ou não em Software Livre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de referência, Edital e Anexos.





11.2. Considerando que o objeto do presente chamamento público não é apontar um vencedor, toda a informação produzida será utilizada internamente para subsidiar uma análise das possíveis alterações para a futura licitação.

11.3. Não haverá qualquer forma de remuneração aos fornecedores que participarem do chamamento para a presente CHAMADA PÚBLICA.

11.4. Não haverá vinculação deste chamamento com a licitação indicada no subitem 11.1, no seu todo ou em parte, tão pouco em licitações que venham a tratar de qualquer outro objeto.

11.5. A apresentação das sugestões/críticas no presente chamamento não resulta em qualquer espécie de impedimento de participar, direta ou indiretamente, de procedimentos licitatórios, seja qual for o objeto.

## **12. DO ENCERRAMENTO**

12.1. Finalizada a fase de discussões, o procedimento de CHAMADA PÚBLICA será encerrado, com a lavratura da respectiva Ata e encaminhado a Autoridade Superior que poderá:

12.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supráveis.

12.1.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável.

12.1.3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou

12.1.4. Encaminhar à Equipe Técnica para análise das proposições dos interessados, com indicativo de realização da licitação ou não.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1. Os atos da COGIC com relação ao resultado do presente chamamento serão publicados no site [www.cogic.fiocruz.br](http://www.cogic.fiocruz.br).

13.2. A previsão da futura licitação, cujo objeto está definido no subitem 11.1 deste instrumento, é de que ocorra no mês de maio do ano de 2018.

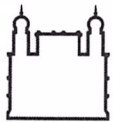
## **14. DOS ANEXOS**

14.1. Carta de Credenciamento (Anexo 1)

14.2. Minuta de Edital de Pregão Eletrônico – SRP (Anexo 2)

Rio de Janeiro, 06 de março de 2018.

SONALI DA SILVA MOTA  
Gestão de Compras e Contratos  
COGIC/FIOCRUZ/Siape 0046395-3



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Chamada Pública nº 02/2018-COGIC

**ANEXO 1 DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018-COGIC**

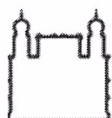
**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**

[NOME DO INTERESSADO] \_\_\_\_\_ domiciliado [rua, nº,  
bairro, cidade e estado] \_\_\_\_\_, CNPJ nº. \_\_\_\_\_,  
neste ato se CREDENCIA junto à COGIC para participação na presente CHAMADA PÚBLICA,  
ofertando as suas proposições, de acordo com o Edital de Chamamento nº 02/2018-COGIC.

INTERESSADO (ou representante legal)

[assinatura e nome legível]





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

## **ANEXO 2 DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018-COGIC**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS - SRP**

**HABILITAÇÃO COMPLETA**

**Lei Complementar 123/2006: Ampla Participação**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/2018-COGIC**

#### **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio do Serviço de Gestão de Compras e Contratos da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos campi, localizada na Av. Brasil nº 4.365, campus da FIOCRUZ em Manguinhos/RJ – Prédio sede da COGIC – sala 11, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do **tipo menor preço**, nos termos Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão: 00/00/2018**

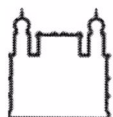
**Horário: 10h00min (horário de Brasília-DF)**

**Local: Portal de Compras Governo Federal: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

### **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para prestação de serviços aquisição de solução corporativa de telefonia, contemplando contratação de empresa especializada para fornecimento de PABX IP baseado em Software Livre, aparelhos telefônicos IP, serviço de instalação, serviço de treinamento, garantia “on site” com reposição de peças, sistema de bilhetagem e de tarifação baseados ou não em Software Livre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Anexos, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



## 2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

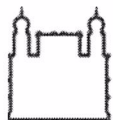
## 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão:
- 4.1.1. Interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - c) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
  - d) Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
  - e) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - f) Sociedades Cooperativas, considerando a vedação contida no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, **Anexo III** deste Edital.
- 4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:





4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## 5. DO ENVIO DA PROPOSTA

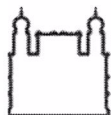
5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.



5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do grupo;

5.6.2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

5.6.2.1. A relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação;

5.6.2.2. A solução ofertada e suas especificações técnicas.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme **Anexo IV** deste Edital;

5.8.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

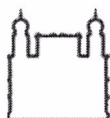
## 6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

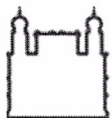
6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.





- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item e do grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e as empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais



classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.20. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.20.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## 7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

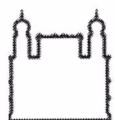
7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.3.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance:

a) Comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações





de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

7.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6. O Pregoeiro convocará a licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de 120 (cento e vinte) minutos e o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

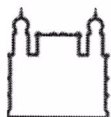
7.6.2. Dentre os documentos a serem solicitados pelo Pregoeiro, destacam-se a Proposta Proforma (Anexo VIII) e as Planilhas de Custos readequadas com o valor final ofertado.

7.6.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

7.6.4. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

7.6.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto, ou exista a recusa do licitante em adequar seus preços unitários àqueles máximos estimados pela Administração.

7.6.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.



7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

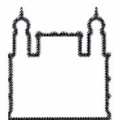
8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

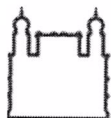
8.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.3. Habilitação jurídica:





- 8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;
- 8.3.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.4. Regularidade fiscal e trabalhista:
- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



8.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.5. Qualificação econômico-financeira:

8.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

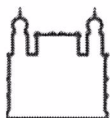
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; e$$

8.5.3.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou grupo pertinente.

8.6. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.





8.6.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.6.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.7. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

8.7.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado (s) de capacidade técnica (declaração ou certidão) emitido (s) em nome da licitante, expedido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, que comprove já ter fornecido e instalado PABX IP Asterix e aparelhos telefônicos IP que contemplem o fornecimento e instalação dos itens relevantes descritos no Termo de Referência (Anexo I), quais sejam:

8.7.1.1. Ter fornecido PABX IP com capacidade mínima de 500 ramais e aparelhos telefônicos IP, na quantidade mínima de 500 itens.

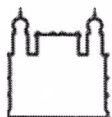
8.7.1.2. Ter prestado ou estar prestando serviço de instalação de PABX IP, com capacidade mínima de 500 ramais.

8.7.1.3. O quantitativo fixado nos subitens acima equivale ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo mínimo suportado pelo sistema a ser licitado (aparelhos telefônicos e headsets) para os itens 12 a 16 do Termo de Referência.

8.7.1.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.7.1.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.7.1.6. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.



8.7.1.7. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.7.2. Comprovar possuir em seu quadro técnico na data da apresentação da proposta, e sempre que houver alteração e/ou substituição, profissional detentor de Certificações referentes à Tecnologia de Voz sobre IP e Tecnologia da Informação e, entre elas, obrigatoriamente, o título de dCAP (Digium Certified Asterisk Professional), emitido pelo fabricante da solução.

8.7.3. Entende-se, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio, Diretor, Empregado Técnico ou Profissional contratado.

8.7.4. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

8.7.4.1. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no Órgão competente;

8.7.4.2. Diretor: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

8.7.4.3. Empregado: Cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social- CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

8.7.4.4. Responsável Técnico: Cópia da Certidão expedida pelo CREA da Sede ou Filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico e apresentação de um dos seguintes documentos:

8.7.4.4.1. Ficha de registro do empregado –RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou

8.7.4.4.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, em nome do profissional; ou

8.7.4.4.3. Contrato social ou último aditivo, se houver; ou

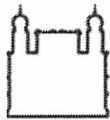
8.7.4.4.4. Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício.

8.7.4.5. Profissional contratado: Contrato de prestação de serviços ou Declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional.

8.7.5. O licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2209-2121 ou pelo e-mail [dae@fiocruz.br](mailto:dae@fiocruz.br).

8.7.5.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.





8.7.5.2. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante deverá estar devidamente identificado e apresentar Atestado de Vistoria, de acordo com o Anexo V deste edital, devendo estar assinado pelo servidor responsável, nas condições estabelecidas no Edital.

8.7.5.3. A vistoria poderá ser substituída pela declaração do responsável técnico ou representante legal da licitante, dando conta de que conhece as condições locais para execução do objeto ou de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo V deste Edital.

8.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 2 (duas) horas e máximo de 3 (três) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: [segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original no endereço constante do preâmbulo deste edital, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

8.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

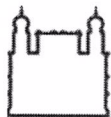
8.8.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.9. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas e máximo de 3 (três) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.11. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no



que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.16. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

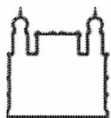
9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## 10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas e máximo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:





10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

10.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

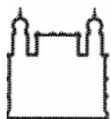
11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de ..... (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

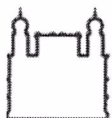
### 14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

14.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.





14.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

14.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.3.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

14.3.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.3.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

14.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

14.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

14.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

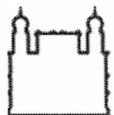
14.9. Será considerada extinta a garantia:

14.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 10 (dez) dias úteis contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



15.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.3. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, CEIS, CNJ e TST, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.3.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.5. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

15.7. A Contratada deverá assumir o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, conforme Termo de Sigilo e Confidencialidade, Anexo VII deste edital.

## 16. DO REAJUSTE

16.1. O preço é fixo e irrevogável.

## 17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

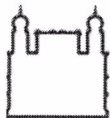
17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## 18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## 19. DO PAGAMENTO





19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados.

19.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

19.3. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas previstas na IN SEGES/MPDG Nº 05/2017;

19.4. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.5. No mesmo prazo, o fiscal ou equipe deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

19.6. Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstaciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

19.7. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

19.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, administrativa, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

19.9. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

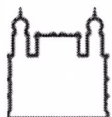
19.10. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

19.11. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

19.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e ao TST para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.



19.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.18. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

19.19.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

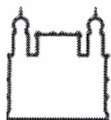
$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA





20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2. Apresentar documentação falsa;

21.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5. Não mantiver a proposta;

21.1.6. Cometer fraude fiscal;

21.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

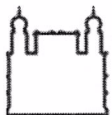
21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.3.1. Multa de 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## 22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [segec.cogic@fiocruz.br](mailto:segec.cogic@fiocruz.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos, RJ, Prédio Sede da COGIC, Seção de Protocolo, Sala nº. 19.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, caso o teor influencie na composição das propostas.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado neste Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado no processo administrativo e no compasnet.

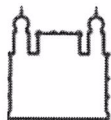
## 23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.





23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

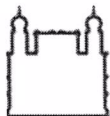
23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico do <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>; no sítio da COGIC: [www.cogic.fiocruz.br](http://www.cogic.fiocruz.br) e também poderá ser lido no endereço constante do preâmbulo deste edital, nos dias úteis, no horário das 09h00min às 11h00min e das 14h00min às 16h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- |          |            |  |
|----------|------------|--|
| 23.10.1. | ANEXO I    | Termo de Referência  |
| 23.11.2. | ANEXO II   | Minuta do Termo de Contrato  |
| 23.11.3. | ANEXO III  | Termo de Conciliação Judicial entre o Ministério Público do Trabalho e a União |
| 23.11.4. | ANEXO IV   | Planilha de Custos e Formação de Preços  |
| 23.11.6. | ANEXO V    | Atestado de Vistoria   |
| 23.11.7. | ANEXO VI   | Minuta da Ata de registro de Preços  |
| 23.11.8. | ANEXO VII  | Termo de Sigilo e Confidencialidade  |
| 23.11.9. | ANEXO VIII | Proposta Proforma  |



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

---





# ANEXO I DO EDITAL DE PREGÃO SRP

## TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

PREGÃO Nº ...../20...

(Processo Administrativo n.º.....)

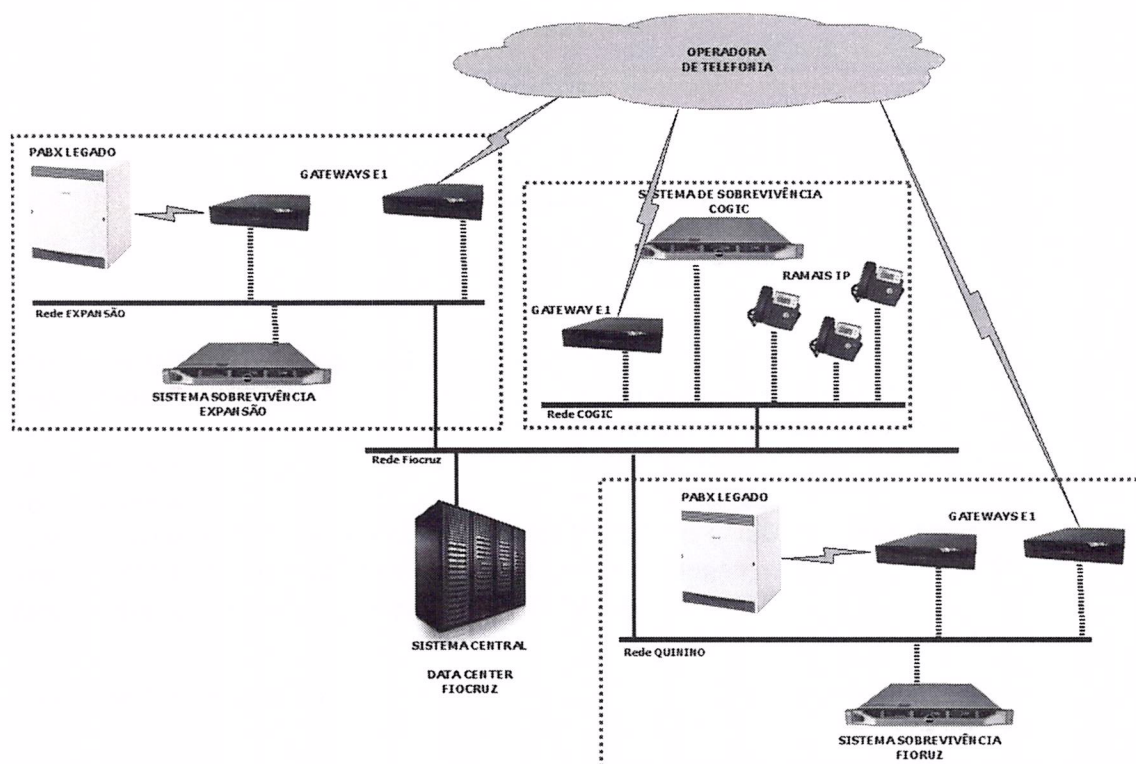
### 1. DO OBJETO

- 1.1. REGISTRO DE PREÇO para aquisição de solução corporativa de telefonia, contemplando contratação de empresa especializada para fornecimento de PABX IP baseado em Software Livre Asterisk, aparelhos telefônicos IP, serviço de instalação, serviço de treinamento, garantia "on site" com reposição de peças de 36 meses, sistema de bilhetagem e de tarifação baseados ou não em Software Livre, visando atender à **Coordenação-Geral de infraestrutura do Campus (Cogic)**, prédio da **Expansão do Campus** e PABX **Fiocruz Quinino**, conforme **especificações técnicas contidas no ANEXO I** deste termo, **quantitativos contidos no ANEXO II**, e condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. A utilização do Sistema de Registro de preços se dará com fundamento no inciso II, do art. 3º, do Dec. 7.892/2013.
- 1.3. **Distribuição dos equipamentos nas Unidades:**
  - 1.3.1. **Cogic** – Será contemplado com todo o sistema de Telefonia IP (Servidores, Gateways, Telefones IP e headsets);
  - 1.3.2. **Expansão** – Será contemplado apenas com os Servidores (2) e Gateways 2 x E1 (2), onde o Sistema IP irá operar como mestre do PABX.
  - 1.3.3. **Fiocruz Quinino** - Será contemplado apenas com os Servidores (2) e Gateways 4 x E1 (2), onde o Sistema IP irá operar como mestre do PABX.
- 1.4. **Detalhes da implantação**
  - 1.4.1. **Cogic** – Modernização do parque de telecomunicações da Unidade, que passará a ser 100% telefonia IP e contará com todas as facilidades provenientes da tecnologia;
  - 1.4.2. **Expansão** – Aquisição dos Servidores e Gateways para a unidade, que embora continuará a utilizar o PABX legado, já estará totalmente preparado para a telefonia totalmente IP, bastando apenas a aquisição de aparelhos. Nesta solução, o PABX se tornará escravo do Servidor de Telefonia IP, permitindo assim, que novos ramais IP sejam instalados sem interferência no mesmo;
  - 1.4.3. **Fiocruz Quinino** – Aquisição dos Servidores e Gateways para a unidade, que embora continuará a utilizar o PABX legado, já estará totalmente preparado para a telefonia totalmente IP, bastando apenas a aquisição de aparelhos. Nesta solução, o PABX se tornará escravo do Servidor de Telefonia IP, permitindo assim, que novos ramais IP sejam instalados sem interferência no mesmo;

**Obs: A topologia para os detalhes de implantação mencionados é mostrada no item 1.5 deste documento.**



### 1.5. Topologia proposta pelo Termo de Referência



### 1.6. Detalhamento do Objeto

- 1.6.1.** No âmbito deste Termo, denomina-se “Lote” como sendo conjuntos de equipamentos/itens, agrupados conforme necessidade de agrupamento dos itens relacionados neste Termo de Referência, a ser fornecida por uma única empresa.
- 1.6.2.** Para efeito de julgamento dos preços no Pregão Eletrônico, o critério de julgamento deverá ser “Menor Preço por Lote”, obtidos pelo somatório dos valores dos equipamentos dos itens de cada Lote, e para os itens avulsos, o critério será o menor preço por cada item, conforme tabela a seguir:

Lote	Item	Descrição	Quantidade de fornecimento em até 12 meses
1	1	Serviço de instalação, configuração e treinamento técnico de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) no Data Center Fiocruz e Aparelhos IP	5
	2	Serviço de instalação e configuração de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) de sobrevivência	10
	3	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 2 x E1	8
	4	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 4 x E1	4
	5	Serviço de instalação de Gateway FXO com 8 interfaces	4





6	Serviço de instalação e configuração de Gateway FXS com 24 interfaces, incluindo instalação de cabo Centronics e Patch Panel compatível com cabo Centronics	6
7	Servidor - Modelo de referência: Servidor Dell powerWdge R530, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	10
8	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 600, com 2 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	8
9	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 1200, com 4 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	4
10	Gateway FXO - Modelo de referência: EBS-FXO 80, com 8 interfaces FXO, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	4
11	Gateway FXS - EBS-FXS SPX, com 24 interfaces de FXS, com cabo Centronics e Patch Panel 24 portas(compatível com cabo centronics) para distribuição dos ramais, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	6
12	Telefone IP Tipo 1 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-19P E2, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	1000
13	Telefone IP Tipo 2 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-27P, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20
14	Telefone IP Tipo 3 - Modelo de referência: Yealink SIP-T27G, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20
15	Telefone IP Tipo 4 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-58V, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20
16	Headset monoauricular USB - Modelo de referência: Phonetech R20USB-M, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	200
17	Instalação, fornecimento e treinamento de Sistema de tarifação para PABX IP, para no mínimo 1000 ramais.	3

**1.6.3.**As licitantes poderão optar por participar indistintamente somente do lote ou de todos os itens do certame.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A justificativa da contratação é de prover uma modernização no sistema de Telecomunicações do Cogic, Expansão do Campus e Fiocruz Quinino, objetivando servir como experiência piloto para futuras implementações nas demais Unidades da Fiocruz.

Outro fator é que as Centrais Telefônicas das unidades citadas atingiram suas capacidades máximas e não atendem mais as necessidades institucionais, além de não haver mais peças de

27



reposição e ampliação, já que estes modelos já foram descontinuados. Desta forma, torna-se imperativo a aquisição de novos equipamentos de voz para atender as necessidades das Unidades Supracitadas.

Conforme já mencionado da descontinuidade e obsolescência das Centrais atuais, muitas com tempo de uso de mais de dez anos, e da necessidade de ampliação das centrais para suprir as demandas o custo benefício para a atualização e ampliação do referido equipamento não seria vantajoso para a Administração Pública. A atualização do parque de centrais mantendo o modelo atual, ainda que fossem possíveis, por exemplo o uso de uma central telefônica híbrida tradicional, oneraria os custos em infraestrutura, além de fazer parte de uma tecnologia ultrapassada e que não agrega valor para o negócio da Instituição.

A modernização do parque de TI deve ser uma prática alinhada com o processo de modernização da Instituição, tendo em vista a evolução dos softwares e sistemas, e inclusão de novas funcionalidades que passam a exigir recursos maiores e mais modernos dos equipamentos. Desta forma, optou-se pela substituição da central telefônica existente por equipamentos de tecnologia IP. Essa tecnologia utiliza a rede de dados para o tráfego de voz e, além de ser mais moderna, justifica-se pelas seguintes vantagens:

- **Mobilidade:** Os terminais telefônicos não são mais vinculados a locais físicos, e sim, a endereços lógicos. Caso o setor/usuário mude de sala, basta desconectar o aparelho de sua sala e conectar ao ponto de rede do novo local que o telefone já estará operante. Como a telefonia IP utiliza rede de dados (Ex.: a Internet) como meio de comunicação, é possível ativar um ramal em qualquer lugar do mundo através de um Smartphone, por exemplo, como se o usuário estivesse trabalhando normalmente em seu local de origem, realizando e recebendo ligações telefônicas.
- **Segurança:** Os terminais telefônicos terão a possibilidade de sistema de criptografia, tornando as conversas seguras, de ponta a ponta;
- **Protocolo SIP:** Possibilita a oferta de tecnologia e integrações entre diferentes equipamentos e sistemas, como também a concorrência de diversos fabricantes no fornecimento dos equipamentos, trata-se de um protocolo de código aberto de aplicação – padrão da Internet Engineering Task Group (IETF) – RFC 2543, 1999;
- **Redução de espaço físico:** quando comparado às antigas centrais telefônicas as soluções baseadas em IP ocupam muito menos espaço atendendo a um número maior de usuários e ainda contribui para aspectos de sustentabilidade e eficiência energética, como por exemplo redução do consumo de energia elétrica e refrigeração;
- **Possibilidade de redução de custos:** com chamadas à longa distância utilizando troncos SIP pela Internet.

Além das vantagens citadas acima, a aquisição desta tecnologia é a continuidade do Projeto de Voz sobre IP Fiocruz, que teve início na Unidade Fiocruz MS e visa como resultado, um ambiente de comunicação totalmente integrado e diversos serviços como tarifação e administração/gerência centralizada. Esta solução, quando implantada, já tem estrutura e tecnologia suficientes para suportar futuras ampliações que visam atender as demais Unidades da Fiocruz. Vejamos nas figuras abaixo:



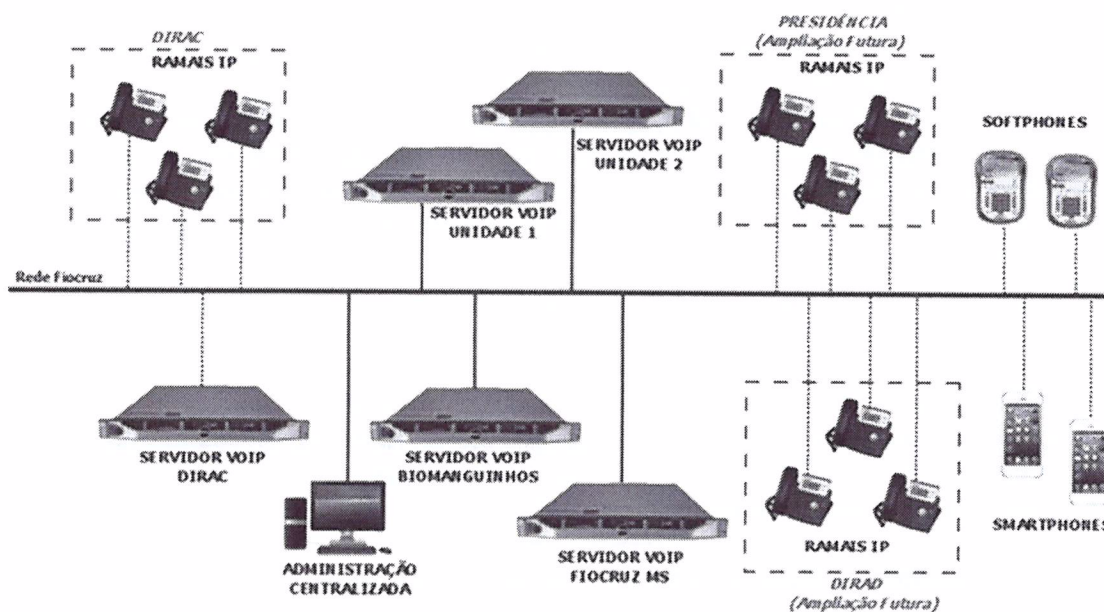


Figura 1 – Cenário proposto pelo Projeto Voip Fiocruz

## 2.1. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

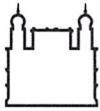
O resultado esperado desta contratação é modernizar o parque de telefonia existente que possui diversos problemas de funcionamento e oferecer serviços agregados para os usuários, como vídeo chamada, conferência, chats etc. Dessa forma esse projeto visa alcançar os seguintes resultados:

- 2.1.1. Economia para os cofres públicos com a consolidação e padronização de um modelo de comunicações unificadas para a FIOCRUZ;
- 2.1.2. Substituição dos equipamentos antigos e danificados;
- 2.1.3. Maior integração entre ferramentas de comunicação podendo aumentar a produtividade dos funcionários gerando ganhos para a organização;
- 2.1.4. Maior eficiência no controle de custo do serviço;
- 2.1.5. Provisionamento mais rápido de serviço, assim reduzindo o esforço administrativo e aumentando a eficiência da operação;
- 2.1.6. Maior entrega de valor para o negócio da organização.

### Da Justificativa dos Elementos Técnicos

- 2.2. As especificações técnicas foram definidas em estudos técnicos preliminares com base em consultas de mercado.
- 2.3. Os elementos técnicos descritos neste instrumento e em seus anexos são os mínimos necessários para assegurar que a contratação se dê de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e ainda, assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

### Da justificativa para em grupos/lotes distintos



- 2.4.** No referido termo de referência, a instauração de lote único para os itens 1 a 6 (Lote 1), se faz necessária, pois há inter-relação entre os serviços a serem contratados, e é inviável que mais de um fornecedor execute configurações em um mesmo sistema.
- 2.5.** O § 3º do art. 3º da IN nº 2/08 prevê excepcionalmente a possibilidade de a Administração instaurar licitação global, em que serviços distintos são agrupados em um único lote, desde que essa condição, de forma comprovada e justificada, decorra da necessidade de inter-relação entre os serviços contratados, do gerenciamento centralizado ou implique vantagem para a Administração.
- 2.6.** O parcelamento do objeto em lote, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e tem a finalidade ampliar a competitividade da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da aquisição, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública, conforme demonstrado nos autos processuais, especificamente nos artefatos da IN 04/2010.

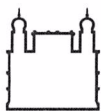
#### **Da Justificativa da Relação entre a Demanda e a Quantidade**

- 2.7.** O quantitativo estimado é decorrente de levantamento promovido pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE / Telecomunicações / Cogic.
- 2.8.** A estimativa buscou estabelecer quantitativos suficientes e adequados para a Cogic, considerando-se a força de trabalho atual e as expectativas de crescimento, reconfigurações do layout, equipamentos danificados e levando-se em consideração o nível de exigências dessas atividades de acordo com o nível hierárquico e com as atribuições regimentais de cada unidade administrativa.

#### **Da Justificativa do Sistema Registro de Preços - SRP**

- 2.9.** A opção pelo Sistema de Registro de Preço – SRP tem como um de seus objetivos o princípio da Economicidade, que em termos práticos acarreta economia de recursos financeiros, uma vez que a aquisição poderá ser gradativa, de acordo com a necessidade da FIOCRUZ.
- 2.10.** Cumpre ressaltar que se constatou a conveniência da aquisição com previsão de entregas parceladas em virtude dos seguintes fatores:
- a)** Mudança gradativa da tecnologia atual (analógica), para a Telefonia IP;
  - b)** Alteração constante do quadro de pessoal, a qual acarreta necessidade de aquisições frequentes;
- 2.11.** Em virtude da conveniência de aquisição com entregas parceladas e em consonância com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de registro de preços por prazo fixo e determinado para os bens em tela.
- 2.12.** O registro de preços visa estabelecer o preço máximo que a empresa licitante/ vencedora/ contratada poderá exigir da FIOCRUZ, durante o prazo de validade da ata de registro de preços que será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Decreto nº 3.931, de 2001, nas condições e formas mencionadas neste Termo de Referência.
- 2.13.** Nos termos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, a FIOCRUZ não está obrigada a adquirir o quantitativo mencionado, posto que as requisições de fornecimento serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração.





### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens comuns de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, mediante as especificações usuais do mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.
- 3.2. A licitação em tela, objeto deste Termo de Referência, será levada a cabo por meio de seleção de propostas pela modalidade de licitação PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS pelo tipo MENOR PREÇO POR LOTE, na forma prevista no art. 45, §1º, I da Lei nº 8.666/93.
- 3.3. Ao amparo da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 2000, o objeto afigura-se à definição de serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.4. Conforme advoga Marçal Justen Filho, in verbis: “bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio”.
- 3.5. Portanto, a definição de “bens e serviços comuns” inclui o simples, o padronizado, o rotineiro e ainda os que possam ser objetivamente descritos, sendo este o entendimento do Tribunal de Contas da União. Podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão.

### 4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. Os equipamentos e materiais objeto deste Termo de Referência serão entregues, em remessa única, na Fiocruz, prédio do Cogic, Campus Manguinhos, situado na Avenida Brasil, 4365 – Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ.
- 4.2. O prazo de entrega dos equipamentos deverá ser de no máximo, 60 dias corridos contados a partir da assinatura do contrato;
- 4.3. Os produtos/serviços serão recebidos por servidor designado pela Administração, nas condições abaixo:
  - 4.3.1. **Provisoriamente**, após a homologação dos equipamentos entregues, mediante verificação da adequação técnica dos equipamentos/serviços às especificações constantes neste Termo de Referência.
    - 4.3.1.1. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a entrega dos produtos/serviços ocorreu em desacordo com o especificado neste Termo de Referência, com defeito ou incompleto, após a notificação por escrito à empresa, serão interrompidos os prazos de recebimento até que sejam substituídos os produtos/serviços/componentes. As despesas relativas à substituição dos produtos/serviços/componentes correrão às expensas da empresa.
    - 4.3.1.2. Se, os equipamentos não forem aprovados no recebimento provisório, serão devolvidos, devendo a CONTRATADA substituí-lo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
    - 4.3.1.3. A contratada terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após o aceite provisório para a instalação física e lógica dos equipamentos e a configuração de todo o sistema;
  - 4.3.2. **Definitivamente**, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da do Recebimento Provisório, na qual será realizada a verificação da conformidade qualitativa

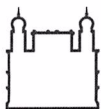


dos produtos/serviços, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

**4.3.2.1.** Obriga-se a empresa a retirar das dependências da FIOCRUZ, os produtos porventura impugnados, devendo substituí-los em até 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação realizada pela fiscalização.

- 4.4.** A empresa deverá comunicar ao Fiscal do Contrato, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, a data e o horário previsto para a entrega dos produtos, pelo telefone (21) 2209-2050.
- 4.5.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de trinta (30) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.6.** A contratada deverá fornecer o material e executar sua instalação, obedecendo rigorosamente às especificações, prazos e demais condições deste termo de referência, sendo vedada a transferência a outrem, no todo ou em parte, do objeto da licitação;
- 4.7.** Todos os equipamentos fornecidos devem ser novos, sem uso anterior, na última versão de hardware e software disponíveis no mercado e devem estar em linha de produção do fabricante. Todos os aparelhos de telefone de um mesmo tipo e padrão deverão ser idênticos;
- 4.8.** Os produtos deverão ser fornecidos com todos os materiais complementares (conectores específicos, adaptadores especiais, encaixes, suportes, cabos, parafusos, etc.) que se fizerem necessários ao funcionamento integral dos mesmos;
- 4.9.** Os produtos deverão apresentar compatibilidade com o ambiente e demais sistemas já instalados, no escopo da aplicação desejada, quanto aos padrões elétricos, alimentação elétrica, cabos e conectores, dimensões físicas, características de construção, etc;
- 4.10.** Os produtos, nas suas condições de fabricação, operação, manutenção, funcionamento, alimentação e instalação, devem obedecer integralmente às normas e recomendações em vigor, baixadas pelos órgãos oficiais competentes ou entidades autônomas reconhecidas na área (ABNT, ANATEL, Ministério das Comunicações, etc.), e, ainda, àquelas de entidades geradoras de padrões reconhecidas internacionalmente (ITU-T/CCITT, IETF, ISO, EIA-TIA, IEEE, CCIR, etc.), no que for aplicável.
- 4.11.** Após a conclusão da instalação e configuração, a empresa vencedora terá até 10(dez) dias úteis para transferência de tecnologia, que consiste em treinamento e capacitação na instalação, manutenção, operação, configuração e suporte sobre todos os sistemas instalados, com o fornecimento de todo o material didático necessário em português. Este treinamento deverá ser ministrado a 15 pessoas indicadas pela FIOCRUZ e ter duração de no mínimo 40 horas;
- 4.12.** Em até 10(dez) dias úteis após o término da transferência de tecnologia e treinamentos será dado o aceite definitivo, que ensejará a liquidação da despesa e o pagamento. O início da vigência da garantia ocorrerá na data do aceite definitivo;
- 4.13.** Os aceites provisório e definitivo serão dados por uma comissão composta de 03 (três) servidores, previamente designados pela FIOCRUZ, que procederão a fiscalização das etapas de recebimento, instalação e configuração dos produtos. Esta comissão deverá atestar o fornecimento e a realização dos serviços contratados nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 para cumprimento das normas estabelecidas nos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964





**4.14.** Após a assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá elaborar o Plano de Instalação, que deverá ser entregue aos técnicos da FIOCRUZ para adequações e aprovação no mínimo 3 (três) dias antes do início das atividades. O plano de instalação deverá conter:

**4.14.1.** Cronograma descrevendo as atividades, indicando datas de início e término;

**4.14.2.** Lista de recursos de software e hardware que serão utilizados nos equipamentos;

**4.14.3.** Procedimentos que serão seguidos para a realização dos testes de funcionamento da rede;

**4.14.4.** Identificação de todos os equipamentos instalados;

**4.14.5.** Identificação de todas as conexões feitas nos equipamentos.

**4.15.** A contratada deverá realizar a instalação e ativação do sistema, seus opcionais e periféricos, sem interrupção das comunicações existentes, baseados no planejamento e cronograma a ser acordado com a equipe da FIOCRUZ.

#### **4.16. Amostras**

**4.16.1.** A fim de que a Administração possa assegurar-se de que o objeto da proposta pelo licitante conforma-se de fato às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, como condição para adjudicação, a LICITANTE que estiver provisoriamente melhor colocada deverá apresentar amostras dos itens 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, os quais, para verificação das funcionalidades, deverão ser instalados em equipamento semelhante ao item 9, em local de responsabilidade da LICITANTE.

**4.16.2.** A aferição e definição dos critérios de aceitação das amostras estão definidas no ANEXO VIII deste Termo de Referência.

**4.16.3.** Por ocasião da apresentação das amostras, a licitante melhor classificada deverá comprovar a adequação aos critérios de sustentabilidade ambiental definidos neste Termo e em conformidade com os critérios definidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A comprovação poderá se dar mediante declaração ou apresentação de certificação que ateste a adequação.

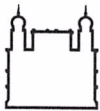
**4.16.4.** Caso não se confirme a adequação do produto, a amostra não será aceita e a proposta será desclassificada.

**4.16.5.** Os produtos utilizados como amostra servirão apenas para efeito de testes, ou seja, para a validação destes equipamentos e não poderão ser ofertados quando da adesão da ata por parte da CONTRATANTE.

#### **4.17. Projeto de implementação**

A LICITANTE VENCEDORA deverá confeccionar e protocolar na FIOCRUZ projeto de implementação da solução, conforme cronograma definido neste Termo de Referência, contemplando no mínimo:

- a) Cronograma de instalação, testes e ativação, com duração máxima de trinta dias corridos, após a entrega dos equipamentos;
- b) Plano de transição dos serviços da solução atual para a nova solução de telefonia IP;
- c) Plano de numeração dos ramais;
- d) Mapeamento das facilidades em uso pelos ramais, Plano de ativação dos ramais com respectivas facilidades;



- e) Detalhamento dos testes a serem realizados quando concluídas as instalações e configurações dos equipamentos. Tais testes serão realizados preferencialmente em ambiente apropriado de testes, diverso do ambiente de produção da FIOCRUZ. Deverá ser apresentando um documento ao final da realização dos testes com dados informativos que comprovem o bom funcionamento dos componentes pertinentes à solução aqui descrita.

#### 4.18. Homologação

Após a instalação, testes e ativação, a CONTRATANTE iniciará a Homologação, pelo período de até 15 (quinze) dias úteis findo o qual, estando a solução em perfeito funcionamento, será emitido o Termo Recebimento Definitivo.

A avaliação do funcionamento da solução e de compatibilidade com as especificações funcionais será realizada por analista (s) da FIOCRUZ, com o acompanhamento opcional de técnico (s) da CONTRATADA, e constará das seguintes atividades:

- a) Verificação das instalações atinentes ao PABX IP realizadas pela CONTRATADA, conforme normas técnicas ABNT, ISO, ANATEL, etc. relacionadas as instalações elétricas e da rede de telefonia;
- b) Testes de funcionalidades dos aparelhos telefônicos IP;
- c) Testes dos periféricos/componentes/objeto;
- d) Verificação de adequação às especificações técnicas mediante critérios de aceitação constantes em ANEXO a este Termo de Referência.

As atividades acima elencadas são condições essenciais para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

#### 4.19. Recebimento Definitivo

A CONTRATADA deverá fornecer as informações e proceder aos testes previstos no projeto de implementação.

Caso sejam identificadas incompatibilidades com as especificações contratuais ou do Termo de Referência, a CONTRATANTE apontará por escrito a(s) razão(ões) em Termo Circunstanciado e indicará a(s) falha(s) ou pendência(s) verificada(s) à CONTRATADA, a qual deverá providenciar sua correção ou substituição, arcando com o ônus decorrente.

Uma vez constatada a adequação aos termos contratuais e o perfeito funcionamento do objeto entregue, a CONTRATANTE efetuará o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante Termo de Recebimento.

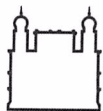
O recebimento definitivo do objeto não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA com relação a eventuais vícios identificados durante todo o seu período de garantia.

### 5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

#### 5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. Elaborar em conjunto com a contratada a reunião inicial e o Plano de Inserção.
- 5.1.2. Aprovar o projeto de implementação da solução de telefonia.





- 5.1.3. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas do EDITAL e do Contrato.
- 5.1.4. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.5. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.6. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.7. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.8. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.9. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas do contrato a ser firmado;
- 5.1.10. Decidir sobre eventuais conflitos de quaisquer naturezas que venham a surgir entre a CONTRATADA e outros prestadores de serviços de TI que atuem em seu ambiente, inclusive com ajuda externa se assim julgar necessário, com vistas à preservação da continuidade dos serviços e do interesse público;
- 5.1.11. Definir os direitos de acessos às estruturas de redes e sistemas para realização dos serviços prestados, por meio de servidores especialmente designados.
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

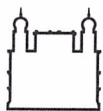
## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia, dos equipamentos;
    - 6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
  - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.1.7. Apresentar, junto com a proposta, Atestado de Visita Técnica, devidamente assinado por representante da Fiocruz ou Declaração assinada pelo responsável da licitante, que possui conhecimento do objeto e portanto dispensa a visita técnica;
- 6.1.8. As vistorias deverão ser agendadas no horário comercial (de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00) através do telefone: 2209-2050 – Setor de Telecomunicações do DAE/Cogic, com o Servidor Bruno Affonso.
- 6.1.9. Obedecer às especificações dos materiais, constantes deste projeto básico, da proposta apresentada e do ato convocatório, cumprindo o prazo estabelecido;
- 6.1.10. Responsabilizar-se pela qualidade, quantidade e resistência dos materiais fornecidos, que deverão ser novos e de primeira qualidade;
- 6.1.11. Fornecer instruções básicas de operacionalização dos aparelhos telefônicos e facilidades do sistema (operação dos usuários);
- 6.1.12. Fornecer juntamente com a solução, uma via da documentação técnica (em mídia e papel) em português, necessária à manutenção e operação do sistema;
- 6.1.13. Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente à FIOCRUZ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do projeto da licitação;
- 6.1.14. Arcar com todas as despesas, inclusive materiais, mão de obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a contratante;
- 6.1.15. Submeter-se a fiscalização do executor do contrato;
- 6.1.16. A ausência ou omissão da fiscalização da FIOCRUZ não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste Contrato.
- 6.1.17. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços;
- 6.1.18. A existência de fiscalização da Contratante de modo algum atenua ou exime a responsabilidade da contratada, por qualquer vício ou defeito existente nos bens/serviços fornecidos.
- 6.1.19. A contratada deverá comunicar, por escrito, imediatamente, ao fiscal do contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para adoção das providências cabíveis;
- 6.1.20. A falta de peças não poderá ser alegada pela contratada como motivo de força maior, e não eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos estabelecidos;
- 6.1.21. A contratada deverá obedecer às normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando necessário;
- 6.1.22. Designar, na data da assinatura do contrato, um profissional da contratada (art. 68, da Lei 8.666/93), informando o nome e o telefone, o qual se reportará diretamente ao Fiscal





do Contrato, para acompanhar e responder pela execução do contrato, atuando como preposto;

- 6.1.23. A regularização junto à concessionária de Telecomunicações local, que se fizer necessária, será de total responsabilidade da contratada, assim como o acompanhamento dos serviços da mesma;
- 6.1.24. Acompanhamento por pessoal técnico na ativação das linhas da operadora de telefonia e dos sistemas instalados, em data a ser informada pela FIOCRUZ;
- 6.1.25. Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições, inclusive de Habilitação, estabelecidas no Termo de Referência, Edital, Contrato e seus ANEXOS, e assim como em relação às demais exigências contratuais.
- 6.1.26. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato, arcar com os eventuais prejuízos causados à FIOCRUZ ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos no fornecimento dos produtos, respondendo integralmente pelo ônus decorrente de sua culpa ou dolo na entrega dos produtos, o que não exclui nem diminui a responsabilidade pelos danos que se constatarem, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela FIOCRUZ.
- 6.1.27. Apresentar o projeto de implementação da solução de telefonia no início da execução contratual.
- 6.1.28. Participar de reuniões solicitadas pela CONTRATANTE, inclusive a reunião inicial.
- 6.1.29. Responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto do contrato.
- 6.1.30. Fornecer todas as novas atualizações disponibilizadas pelo fabricante durante todo o período de vigência do contrato, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 6.1.31. Identificação e correção de problemas, com fornecimento e aplicação das correções necessárias, com vistas à normalização do funcionamento.

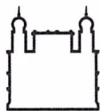
## **7. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **8. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

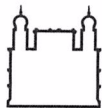
### **8.1. Garantia**

- 8.1.1. Para o Lote 1 e demais itens, a CONTRATADA prestará garantia de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data do aceite definitivo;



- 8.1.2.** Para o Lote 1 e demais itens, a CONTRATADA prestará garantia de **36 (trinta e seis)** meses, contados a partir da data do aceite definitivo. A garantia será prestada como suporte remoto, ou na modalidade "on site", quando necessário, com substituição de peças ou equipamentos defeituosos, sem qualquer limitação quanto ao quantitativo das mesmas, além da resolução de problemas de hardware e software;
- 8.1.3.** A contratada deverá fornecer correções automáticas das versões de software, durante o período de garantia;
- 8.1.4.** Durante o período de garantia do equipamento, a contratada deverá prover suporte telefônico para todo problema de hardware, software e configuração, e para quaisquer dúvidas que surgirem durante as intervenções do corpo técnico do Setor de Telecomunicações do DAE/Cogic ou Cogetic;
- 8.1.5.** A garantia abrange todo o sistema telefônico (PABX IP), assim como todas as peças constituintes do mesmo: aparelhos, placas, módulos, servidores e configuração dos mesmos;
- 8.1.6.** Quando necessário a substituição de algum equipamento, peças, aparelhos e demais itens componentes da solução, dentro do período da garantia, a contratada deverá efetuar a substituição por outra nova, e quando na impossibilidade de fornecimento da mesma por estar descontinuada, fornecer equivalente ou superior. Não serão aceitas peças e demais itens recuperados;
- 8.1.7.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para a FIOCRUZ. Nesse sentido, a garantia deve englobar:
- 8.1.7.1.** Todos os custos necessários ao transporte, por correio ou transportadora, dos equipamentos ou ainda traslado e a estada de técnicos ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia;
- 8.1.7.2.** A remoção dos defeitos apresentados pelos equipamentos, substituição de peças, materiais e outros componentes que sejam disponibilizados pelo fabricante dos equipamentos;
- 8.1.7.3.** Em caso de defeitos de fábrica insanáveis com substituição de peças, substituições de equipamentos completos;
- 8.1.7.4.** A substituição de peças, ajustes nos equipamentos, reinstalação de outros componentes de software disponibilizados pelo fabricante e outras correções necessárias. As peças de reposição devem ser novas, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 8.1.7.5.** Não fazem parte da garantia problemas provenientes de operação e/ou manuseio indevidos, conforme especificado no manual técnico do produto fornecido pelo fabricante, desde que devidamente comprovados pela CONTRATADA.
- 8.1.8.** A garantia consistirá na reparação das eventuais falhas dos equipamentos, mediante a substituição de peças e/ou componentes que se apresentem defeituosos, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos, devendo ser prestada em todas as localidades constantes deste Termo de Referência.





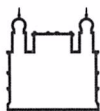
- 8.1.9.** Após o registro do incidente / problema na central de atendimento da CONTRATADA, os técnicos deverão ser deslocados para o local onde estiver localizado o equipamento onde deverão resolver o problema nos seguintes prazos:

Item	Descrição	Tempo de Resolução do Problema (em horas)
1	PABX IP	02 (duas) horas - para problemas que acarretem interrupção do funcionamento
		04 (quatro) horas - para demais problemas
2	Ramais/terminais IP	24 (vinte e quatro) horas
3	Sistema de tarifação	24 (vinte e quatro) horas
4	Demais itens	24 (vinte e quatro) horas

- 8.1.9.1.** O início do prazo se dará com o acionamento da assistência técnica pela CONTRATANTE do serviço de atendimento da CONTRATADA. Para o item 1, a contagem de prazo não será interrompida caso o acionamento se dê até às 17:00h, em dias úteis ou não. Para os itens 2 e 3, caso o acionamento se dê após as 17:00, o prazo se iniciará no próximo dia útil.
- 8.1.9.2.** O tempo máximo para resolução contempla a substituição de peças, componentes e/ou a substituição dos equipamentos.
- 8.1.9.3.** As peças e componentes a serem substituídas deverão ser novas (não utilizadas ou reconhecidas), homologadas pelo fabricante, ter especificação igual ou superior à substituída.
- 8.1.9.4.** No caso de vícios insanáveis no equipamento e sempre que determinado pela CONTRATANTE ou pela Assistência Técnica o equipamento deverá ser substituído por um novo.
- 8.1.10.** A CONTRATADA deverá disponibilizar assistência técnica a ser acionada mediante abertura de chamado via central de atendimento 0800 ou por formulário na Internet, disponível entre as 07:00 e 19:00 (horário oficial de Brasília).
- 8.1.11.** Os atendimentos deverão estar disponíveis de 2ª a 6ª feira, exceto em feriados, das 08:00 às 18:00 horas.

## **8.2. Suporte Técnico**

- 8.2.1.** O suporte técnico deverá ser prestado em horário comercial (de segunda a sexta das 8:00 às 17:00), durante todo o período de vigência da garantia e o atendimento deverá ocorrer imediatamente após a abertura do chamado técnico, no qual deverá ser fornecido um número de registro de chamado técnico;
- 8.2.2.** Vencido os prazos (vide tabela item 8.1.9) e a CONTRATADA não tenha solucionado o problema, a mesma poderá sofrer as sanções definidas neste Termo de Referência;
- 8.2.3.** Entende-se por término do atendimento o momento a partir do qual o serviço e/ou equipamento estiver em perfeita condição de funcionamento;
- 8.2.4.** Os serviços de suporte técnico devem ser prestados durante todo o período de duração da garantia;



**8.2.5.** Os analistas envolvidos na implementação e suporte do projeto devem integrar o quadro funcional da CONTRATADA e devem possuir certificação emitida pelo fabricante da solução (vide item 13.2);

**8.2.6.** A contratada deverá emitir, junto com as notas fiscais mensais, relatório detalhado de atendimento de chamados contendo os métodos utilizados pelo mantenedor para identificação e solução dos problemas;

#### **8.2.7. Tolerância a falhas**

Caso algum dos equipamentos apresente um número de ocorrências ou defeitos igual ou superior a 03 (três) em um período de 90 (noventa) dias consecutivos, este deverá ser substituído por outro, NOVO do mesmo fabricante, de características iguais ou superiores, totalmente compatível com os demais equipamentos aos quais estará interligado, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação da FIOCRUZ, que poderá ser feita por e-mail ou solicitação telefônica, através de números ou e-mails informados pelo fornecedor. Para esse fim, a FIOCRUZ manterá um relatório de falhas do equipamento onde constarão todas as informações relevantes para o controle (equipamento, modelo, data e hora da abertura do chamado, responsáveis pelo chamado e pelo conserto, tipo de defeito, solução dada, entre outros itens que forem julgados necessários) que valerá para aplicação da norma citada, independentemente do controle efetuado pelo fornecedor;

### **9. PRAZOS**

**9.1.** Os prazos de entrega e instalação dos Lotes 1 e demais itens deverão obedecer aos prazos máximos estabelecidos no cronograma abaixo:

**9.1.1.** Excepcionalmente, desde acarretado por motivo de força maior, ficará a critério da CONTRATANTE a possível ampliação dos prazos em até 20% dos informados neste Termo de Referência.

<b>Etapas</b>	<b>Prazo Estimado</b>
Projeto de implementação	Em até 10 (dez) dias corridos após a assinatura do contrato
Entrega	Em até 60 dias corridos após a assinatura do contrato
Instalação e Configuração	Em até 30 dias corridos após a entrega dos equipamentos
Treinamento	Em até 10 dias úteis após a realização da instalação
Homologação	Em até 15 dias úteis após a realização da instalação
Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Em até 5 úteis após a Homologação
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	Em até 5 dias corridos após emissão do Termo de Recebimento Provisório
Pagamento	Em até 10 dias úteis após emissão do Termo Recebimento Definitivo





- 9.1.2.** Em observância à Lei 6.496/1977, após a assinatura do contrato deverá ser apresentada a ART (Anotações de Responsabilidade Técnica) do responsável técnico da empresa pelos serviços, antes do início da execução dos serviços do Lote 1 deste Termo de Referência, conforme disposto no artigo 3º da Resolução nº 425/98 do CONFEA.

## **10. SIGILO DAS INFORMAÇÕES E PROPRIEDADE INTELECTUAL**

- 10.1.** A Contratada deverá tratar como confidenciais e zelar pelo sigilo de todas as informações a que tenha acesso em razão da execução dos serviços, independentemente da mídia, responsabilizando-se pelas ações ou omissões de seus sócios, profissionais, interlocutores.
- 10.2.** São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas pela Contratante.
- 10.3.** A Contratada deverá providenciar que todos os seus profissionais tenham, no mínimo, conhecimento das condições estabelecidas neste termo de referência.
- 10.4.** A Contratada deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todos os assuntos de interesse da Contratante ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros, e devendo orientar seus empregados a guardar inteiro sigilo das informações e/ou conhecimento.
- 10.5.** A propriedade intelectual e os direitos patrimoniais de todos os documentos, procedimentos operacionais, estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, códigos fontes de programas desenvolvidos especificamente para Fiocruz, páginas de internet e intranet, ou qualquer outra documentação produzida no escopo da presente contratação são de propriedade da Fiocruz, em caráter definitivo e irrevogável.

## **11. HABILITAÇÃO**

### **11.1. Relativos à Qualificação Técnica:**

- 11.1.1.** Para o LOTE 1 - Atestado(s) de capacidade técnica (declaração ou certidão) emitido em nome da licitante, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove já ter fornecido e instalado PABX IP Asterisk e aparelhos telefônicos IP que contemplem o fornecimento e instalação dos itens mais relevantes descritos neste Termo de Referência, quais sejam:
- 11.1.1.1.** Ter fornecido PABX IP, com capacidade mínima de 500 ramais, e aparelhos telefônicos IP, na quantidade mínima de 500 itens.
- 11.1.1.2.** Ter prestado, ou estar prestando, serviço de instalação de PABX IP, com capacidade mínima de 500 ramais.
- 11.1.1.3.** O quantitativo fixado nos subitens 11.1.1.1 e 11.1.1.2 equivale ao percentual de 50% do quantitativo mínimo suportado pelo sistema a ser licitado (aparelhos telefônicos e headsets) para os itens 12 a 16.



**11.1.2.** Para o item 17 - Atestado(s) de capacidade técnica (declaração ou certidão) emitido em nome da licitante, expedido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove já ter fornecido e configurado Software de tarifação para no mínimo 500 ramais.

**11.2.** Não será conhecido e nem considerado válido o atestado ou declaração de capacidade técnica emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da licitante, sendo considerado como empresa pertencente ao mesmo grupo da controlada pela licitante, a empresa controladora da licitante ou que tenha uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e/ou da licitante.

### **11.3. Qualificação da Equipe Técnica**

**11.3.1.** A empresa deverá comprovar que um responsável técnico, é detentor de certificações referentes a Tecnologia de Voz sobre IP e Tecnologia da Informação, e, entre elas obrigatoriamente, o título de **dCAP (Digium Certified Asterisk Professional)**, emitido pelo fabricante da solução.

**11.3.2.** O referido profissional poderá ser substituído por outro com experiência equivalente ou superior, comprovada através de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que a substituição seja aprovada pela FIOCRUZ.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE DA EXECUÇÃO**

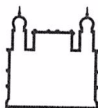
**13.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**13.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

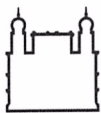
**12.3.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização





- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.8. Observados os critérios estabelecidos no o art. 15, inciso III, alínea "h", da Instrução Normativa nº 04/2010 – MPOG/SLTI, a CONTRATADA, caso incorra em alguma das condutas previstas na tabela seguinte, poderá sofrer as seguintes sanções:

Infração	Sanção para a primeira ocorrência	Sanção para reincidência
Descumprimento dos prazos previstos neste Termo de Referência	MULTA DE 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.	MULTA DE 1,0% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.
Descumprir os prazos de atendimento técnico em regime de garantia	MULTA DE 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.	Até o quinto registro de descumprimento, MULTA DE 0,7% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis. Após o quinto registro de descumprimento, MULTA DE 5% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.
Atrasar o fornecimento de peças e equipamentos de reposição em regime de garantia que acarretem indisponibilidade	MULTA DE 2% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.	Até o quinto registro de descumprimento, MULTA DE 3% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis. Após o quinto registro de descumprimento, MULTA DE 5% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, até o limite de 10 (dez) dias úteis.
Inexecução parcial do contrato, entregando parcialmente o objeto contratado (bens ou serviços)	MULTA de 5% sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a UNIÃO por período de 02 (dois) anos, e descredenciamento no SICAF e/ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º Lei 10.520/02, pelo prazo de 5 (cinco) anos.	N/A



das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

#### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

**13.1.1.** inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**13.1.2.** ensejar o retardamento da execução do objeto;

**13.1.3.** fraudar na execução do contrato;

**13.1.4.** comportar-se de modo inidôneo;

**13.1.5.** cometer fraude fiscal;

**13.1.6.** não manter a proposta.

**13.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**13.2.1.** advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**13.3.** multa moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;

**13.3.1.** multa compensatória de .....% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**13.3.2.** em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**13.3.3.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

**13.3.4.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**13.3.5.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

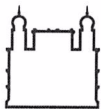
**13.4.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

**13.4.1.** tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

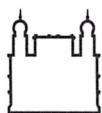
**13.4.2.** tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**13.4.3.** demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.





Inexecução do contrato, não entregando o objeto contratado (bens ou serviços)	MULTA de 10% sobre o valor do contrato, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a UNIÃO por período de 02 (dois) anos, e descredenciamento no SICAF e/ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º Lei 10.520/02, pelo prazo de 5 (cinco) anos.	N/A
Não manter a proposta comercial na realização do certame ou, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório para a contratação	Rescisão do contrato e suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a UNIÃO por período de 02 (dois) anos, e descredenciamento no SICAF e/ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º Lei 10.520/02, pelo prazo de 5 (cinco) anos.	N/A
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal	MULTA DE 20% sobre o valor do contrato, rescisão do contrato e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.	N/A
Descumprir demais obrigações e responsabilidades atribuídas à CONTRATADA	ADVERTÊNCIA, desde que a infração seja resolvida em até 5 dias úteis. MULTA de 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil, desde que ultrapassados 5 dias úteis, até a regularização da infração ou até 10 dias úteis.	MULTA de 1% sobre o valor do contrato por dia útil até a regularização da infração ou até 10 dias úteis.
Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela FIOCRUZ, os serviços solicitados.	ADVERTÊNCIA, desde que as atividades sejam reiniciadas, independentemente de provocação da contratante, em até 1 dia útil.	MULTA DE 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil de descumprimento
Não substituir, imediatamente, o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente, falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares da FIOCRUZ.	ADVERTÊNCIA, desde que a infração seja resolvida em até 1 dia útil.	MULTA DE 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil de descumprimento

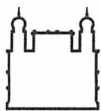


Não apresentar relatórios ou documentação exigida da empresa ou dos profissionais prevista no Edital.	ADVERTÊNCIA, desde que a infração seja resolvida em até 1 dias útil.	MULTA DE 0,1% sobre o valor do contrato por dia útil de descumprimento
Deixar de prestar quaisquer informações solicitadas no prazo estipulado.	ADVERTÊNCIA, desde que a infração seja resolvida em até 1 dias útil.	MULTA DE 0,1% sobre o valor do contrato por dia útil de descumprimento
Não observar os padrões de Segurança e de Qualidade exigidos no Termo de Referência.	ADVERTÊNCIA	MULTA DE 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil de descumprimento
Deixar de emitir Anotação de Responsabilidade Técnica - ART	MULTA DE 0,3% sobre o valor do contrato por dia útil de atraso, contados do início da execução contratual	MULTA DE 0,5% sobre o valor do contrato por dia útil de descumprimento, contados do início da execução contratual

- 13.9. O CONTRATANTE poderá, a seu critério, utilizar períodos mensal, bimestral, semestral ou anual para aplicação de glosas.
- 13.10. Considera-se reincidência o segundo descumprimento realizado no período de um ano da execução contratual.
- 13.11. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e nas demais cominações legais.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



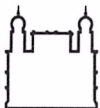


# ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

## ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 1. Requisitos do Sistema Telefônico IP Tipo PABX

- 1.1. Os sistemas de telefonia IP deverão ser do tipo PABX, com utilização de Software Livre Asterisk, em plataforma Linux e em sua forma nativa, ou seja, não sendo aceitas distribuições baseadas em Asterisk, e/ou soluções proprietárias também baseadas em Asterisk.
- 1.2. A solução deverá nativamente utilizar o protocolo SIP. Não serão aceitas soluções que necessitem de conversão de protocolos ou de gateways para implementação do protocolo SIP, sendo vedado o uso de protocolos proprietários.
- 1.3. Deverá possuir interface de configuração via web, desenvolvida e customizada pela contratada, a qual o código fonte deverá ser fornecido à contratante, e possibilitar, no mínimo, as seguintes configurações:
  - 1.3.1. Configuração de ramais (adição, exclusão, categorização, permissões, bloqueios)
  - 1.3.2. Configuração de facilidades dos ramais;
  - 1.3.3. Configuração de troncos e rotas;
  - 1.3.4. Configuração de prefixos de origem e destino;
  - 1.3.5. Configuração de rotas alternativas ou redundantes;
  - 1.3.6. Cadastramento de senhas;
  - 1.3.7.
  - 1.3.8. Criação de grupos de ramais (busca automática) e inclusão e exclusão de ramais nos mesmos;
  - 1.3.9. Criação de grupos de captura, e inclusão e exclusão de ramais nos mesmos;
  - 1.3.10. Programação de cadeado eletrônico;
  - 1.3.11. Programação de execução de chamada mediante digitação de senha;
- 1.4. O Sistema Central deverá atuar como SIP Proxy Server em modo stateful e SIP Registrar Server, conforme RFC 3261, possibilitando o registro de gateways e roteamento de chamadas de qualquer entidade SIP (terminais SIP, gateways de qualquer fabricante, etc).
- 1.5. O hardware do Sistema Central de telefonia VoIP deverá possuir capacidade mínima para 1000 ramais, visando futuras ampliações, sem que seja necessário o acréscimo de Servidor para alcançar este quantitativo;
- 1.6. O Sistema deverá ser instalado e operado da seguinte forma:
  - 1.6.1. **O Sistema Central**, que será instalado em lâminas do Data Center da Fiocruz, deve ser composto por 02 (dois) servidores, operando em redundância automática do tipo ativo-ativo, garantindo que na falha de um deles não interrompa o pleno funcionamento da solução, ou ocasione pausas no sistema para sincronismo de informações;
  - 1.6.2. **O Sistema de Sobrevivência**, que será instalado nos servidores (item 4.1.1) alocados na sala de TI da Unidade, deve ser composto por 02 (dois) servidores, operando em redundância automática do tipo ativo-ativo, contingenciando o sistema central em uma eventual perda de conexão, pois os sistemas estão separados geograficamente dentro do campus, garantindo que na falha de um deles não interrompa o pleno funcionamento da solução, ou ocasione pausas no sistema para sincronismo de informações;
- 1.7. Todos os equipamentos que compõe a solução deverão possuir fontes de alimentação, sejam elas internas ou externas, que operem na faixa de 110 Vac a 240 Vac, com chaveamento automático (conversão automática) e frequência de 50-60 Hz. Não serão aceitos equipamentos com transformadores adaptadores de tensão externos;



- 1.8. Deverá tratar toda a comutação entre dispositivos SIP, como usuários e Gateways sem que o payload passe pelo PABX(peer-to-peer), controlando apenas o registro e a sinalização entre os dispositivos;
- 1.9. Deverá possuir ferramenta web (interface gráfica) de monitoramento dos seguintes itens:
  - 1.9.1. Status do Sistema;
  - 1.9.2. Status da interligação com o Sistema de sobrevivência;
  - 1.9.3. Status da interligação (canais IP) com os demais sistemas existentes na Fiocruz;
  - 1.9.4. Status dos links das operadoras de telefonia;
  - 1.9.5. Status de Segurança;
  - 1.9.6. Configuração do sistema e gerenciamento de usuários;
  - 1.9.7. Status de Performance;
  - 1.9.8. Diagnóstico de falhas;
  - 1.9.9. Gerenciamento de alarmes, com categorização, data/hora, equipamento, descritivo do erro, definição de filtros;
  - 1.9.10. Diagnósticos internos dos módulos;
  - 1.9.11. Visualização da conectividade dos Troncos IP e os status de falha;
  - 1.9.12. Alarmes de notificação, ainda, para os itens abaixo:
    - 1.9.12.1. Perda de links;
    - 1.9.12.2. Congestionamentos de canais SIP ou E1;
    - 1.9.12.3. Taxas excessivas de perdas de chamadas;
    - 1.9.12.4. Mal funcionamento de módulos, componentes ou fontes de alimentação;
    - 1.9.12.5. Perda de conectividade.
- 1.10. Permitir o gerenciamento de múltiplos sites por uma única interface de gerenciamento;
- 1.11. Implementar gerenciamento via protocolo SNMP;
- 1.12. Oferecer ferramentas para monitorar a qualidade das chamadas de VoIP, e possibilitar ações troubleshooting e monitoração do estado de rede;
- 1.13. Possuir controle do número de conversações simultâneas, de modo que nos casos em que os recursos de redes alocados para a aplicação estejam totalmente utilizados, o sistema faça encaminhamento da chamada pela rede pública ou envie sinalização de inacessibilidade de rede, não comprometendo assim a banda disponível e a qualidade de voz das ligações em curso;
- 1.14. Possuir capacidade para gerenciar e manusear todas as chamadas e funcionalidades previstas neste Termo, tanto para a sua capacidade inicial como para a capacidade final ofertada pela licitante, inclusive nos horários de maior movimento, sem degradação do serviço;
- 1.15. Gerenciar e armazenar automaticamente todas as informações ("log" de ocorrências) para posterior utilização ou processamento;
- 1.16. Possuir uma única base de configuração, independente do número de centrais remotas, de maneira que todas as funcionalidades e recursos devam estar presentes e disponíveis em quaisquer pontos da rede;
- 1.17. Permitir ampliação do sistema em até 20% da capacidade inicial de terminais/ramais IP, sem necessidade de troca, aquisição de componentes, ou licenciamento adicional;
- 1.18. Suportar VAD (Voice Activity Detection) e cancelamento de eco;
- 1.19. Deverá permitir a utilização dos seguintes protocolos de segurança para comunicação: HTTPS (servidor/cliente), SRTP (RFC3711), Transport Layer Security (TLS), VLAN (802.1pq), QoS, Autenticação Digest usando MD5/MD5-sess, Arquivo de configuração seguro com criptografia AES, Bloqueio do telefone com senha para privacidade pessoal, Modo de proteção de configuração de Administração/Usuário;
- 1.20. Deverá permitir utilizar o protocolo SRTP para criptografia da mídia nos ramais IP e troncos IP, utilizando o padrão AES 128 bits;





- 1.21. Deverá permitir a utilização do protocolo TLS, SRTP e/ou outro protocolo que ofereça criptografia de sinalização e áudio (mídia), nos ramais IP e troncos IP;
- 1.22. Deverá possuir Firewall Interno para segurança do servidor.

## 2. Facilidades mínimas do sistema:

- 2.1. Manutenção remota via rede de dados;
- 2.2. Recebimento de alerta de falhas do sistema por correio eletrônico e anúncios por voz através de discagens automatizadas;
- 2.3. Monitoramento de chamadas;
- 2.4. Registro de chamadas;
- 2.5. Lista negra de chamadores;
- 2.6. DISA(Direct Inward System Access);
- 2.7. Toques distintos para determinados tipos de chamadas;
- 2.8. Plano de numeração flexível;
- 2.9. URA (Unidade de Resposta Audível);
- 2.10. DAC (Distribuidor Automático de Chamadas);
- 2.11. Possibilidade de criação de Call Center com PA's (Posições de Atendimento) estáticas e dinâmicas;
- 2.12. Canais analógicos FXS;
- 2.13. Troncos dos tipo:
  - 2.13.1. Digital E1 CAS R2 Digital MFC
  - 2.13.2. Digital E1 ISDN/RDSI (PRI)
  - 2.13.3. Tronco IP SIP
  - 2.13.4. Tronco IP IAX2
- 2.14. Envio e recebimento de FAX através dos ramais(atraves de ATA ou banco de canais)
- 2.15. Serviço Noturno
- 2.16. Permitir determinação de cotas de chamadas ou custos por usuário;
- 2.17. Suportar música de espera, com entrada para fonte externa, em formato mp3, ou wav, ou outro padrão de compressão de áudio com similar taxa;
- 2.18. Suportar funcionalidade de voice-to-email, com envio de mensagens de correio de voz para e-mail pessoal;
- 2.19. Possibilitar por meio da solução de correio de voz, a personalização de saudação e apresentação de menu interativo de opções;
- 2.20. Permitir a sinalização de segunda chamada para ramais ocupados;
- 2.21. Restrição de ramais por classes
- 2.22. LCR (Rota de Menor Custo)
  - 2.22.1. Permitir para todas as rotas a manipulação (inserção ou retirada de prefixos, substituição de dígitos, etc) dos números de origem e de destino, alterando todos os campos do cabeçalho SIP;
- 2.23. Discagem abreviada
- 2.24. Criação de grupos de captura
- 2.25. Criação de grupos de busca automática
- 2.26. Suportar, no mínimo, os seguintes CODEC's:
  - 2.26.1. G.711 (A-LAW e U-LAW)
  - 2.26.2. G.722
  - 2.26.3. G.723
  - 2.26.4. G.726
  - 2.26.5. G.729A, onde:
    - 2.26.5.1. Deverão ser fornecidas todas as licenças necessárias para a utilização do sistema com o respectivo protocolo.

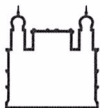


- 2.26.6. GSM
- 2.26.7. iLBC
- 2.26.8. LPC-10
- 2.26.9. SPEEX
- 2.27. Suportar os CODECs ITU-T H.261 ou H.263 ou H.264 ou outro padrão de compressão para vídeo;
- 2.28. Suportar, no mínimo, os seguintes protocolos:
  - 2.28.1. SIP
  - 2.28.2. IAX (Inter-Asterisk Exchange)
- 2.29. Gerar bilhetes (CDR's) que contenha todas as informações necessárias que subsidiem as características requeridas na especificação do sistema de tarifação;
- 2.30. Possuir buffer interno para armazenagem de no mínimo 100.000 bilhetes;
- 2.31. Deverá permitir definir campos presentes no bilhete de tarifação;
- 2.32. Possuir no mínimo, 100 canais de conversação simultâneos;
- 2.33. Permitir o uso de código de usuário (ligação mediante uso de senha pessoal);
- 2.34. Permitir integração com a solução de comunicação unificada do órgão, **Microsoft Skype for Business**, permitindo, no mínimo, status de presença e chamada de voz, sem custos adicionais;
- 2.35. Deverá permitir integração com sistemas de comunicação já presentes na Fiocruz, como o **Microsoft Skype for Business**, SNEP e outros que utilizam o protocolo SIP;
- 2.36. Deverá permitir integração com mensageiros instantâneos como, no mínimo, Google Talk, WhatsApp e Facebook Messenger;
- 2.37. Deverá possuir integração com ferramenta de Comunicações Unificadas e colaboração, como:
  - 2.37.1. Web Conference;
  - 2.37.2. Vídeo conferência;
  - 2.37.3. Salas de chat;
  - 2.37.4. Instant Messaging e presença;
  - 2.37.5. Ferramentas Mobile (Softphone);
- 2.38. Deverá possuir provisionamento para instalação de aparelhos IP, através de interface web;

### 3. Facilidades mínimas para os usuários:

- 3.1. Chamada em espera;
- 3.2. Transferência com ou sem consulta;
- 3.3. Captura de chamadas individual e em grupo;
- 3.4. Gravação de chamadas;
- 3.5. Roteamento de chamadas;
- 3.6. Mobilidade temporizada de ramais com autenticação do usuário;
- 3.7. Desvio de chamadas quando o ramal estiver ocupado;
- 3.8. Desvio de chamadas quando o ramal não atende;
- 3.9. Desvio de chamadas incondicional (Siga-me);
- 3.10. Chefe-secretária, multi chefe-secretária e chefe-multi secretária;
- 3.11. Estacionamento de chamadas;
- 3.12. Enfileiramento de chamadas;
- 3.13. Atendimento automático;
- 3.14. Toques distintos para chamadas internas e externas;
- 3.15. Pêndulo de chamadas;
- 3.16. Identificação de chamadas, internas e externas;
- 3.17. Bloqueio de chamadas por identificação do chamador;
- 3.18. Salas de conferência;





- 3.19. Discagem por nome;
- 3.20. Função não perturbe;
- 3.21. Cadeado eletrônico,
- 3.22. Roteamento de chamadas de acordo com o chamador,
- 3.23. Conferência de no mínimo três participantes;
- 3.24. Correio de voz e envio da mensagem por correio eletrônico,
- 3.25. Interface web para correio de voz,
- 3.26. Tom de chamada diferenciado para indicação de chamada em espera,
- 3.27. Vídeo chamada;
- 3.28. Vídeo conferência.

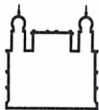
#### 4. Equipamentos

##### 4.1. Servidor

4.1.1. Os servidores deverão possuir, no mínimo, a configuração abaixo, citada como referência:

**Servidor DELL PowerEdge R530**

- **Processador:**  
Processador Intel® Xeon® E5-2609 v3 1.9GHz, 15M Cache
- **Sistema Operacional:**  
Sem sistema operacional
- **Memória:**  
(2) Memória de 16GB RDIMM, 2133MT/s, DR, x8, BCC
- **Memory DIMM Type and Speed:**  
2133MT/s RDIMMs
- **Memory Configuration Type:**  
Performance Otimizada
- **Configuração de HD:**  
Hardware RAID 1 para Controladora H330/H730/H730P até 2 HDs ou SSDs
- **Controladora Primária:**  
Controladora PERC H330
- **Disco Rígido:**  
2 discos rígidos SATA de 1TB, 7,2k RPM, Hot Plug de 3,5"
- **Disco Óptico Interno:**  
DVD ROM, SATA, interno
- **Gerenciamento Integrado:**  
iDRAC8 Express, Controladora de Acesso Remoto Integrado Dell, Express
- **PCIe Riser:**  
PCIe Riser
- **Add-in Network Adapter:**  
Placa On-Board Broadcom 5720 Quatro Portas, 1Gb, LOM
- **Chassis Configuration:**  
Chassis para até 8 Hot plug Hard Drives de 3,5"
- **System Documentation:**  
Documentação Eletrônica do Sistema e Kit DVD do OpenManage
- **Fontes de Energia:**  
Fonte de Alimentação Redundante Hot Plug, 750W



**4.1.2.** O hardware deverá ser plataforma servidor para rack padrão 19", não sendo aceitos hardwares do tipo PC (Computador Pessoal), assim como hardwares montados fora da fábrica, em chassis para rack com componentes avulsos que não sejam homologados pelo mesmo fabricante.

## **4.2. Gateway E1**

- 4.2.1.** Deverá ser baseado em appliance (hardware dedicado), não sendo permitido o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC;
- 4.2.2.** Deverá ser compatível com Asterisk;
- 4.2.3.** Deverá possuir 02 portas Ethernet 10/100 Mbits (RJ45) para conexão com o servidor;
- 4.2.4.** A conexão com os canais E1, deverão ser através de interface RJ45 de 120 Ohms ou interface BNC de 75 Ohms, para recebimento dos canais digitais da operadora;
- 4.2.5.** Deverá suportar a implementação dos seguintes protocolos de rede: RDSI (ISDN-PRI), SS7 (ISUP) e R2 (com até 120 trocadores de sinalização MFC);
- 4.2.6.** Deverá ser possível a configuração de protocolos de rede diferentes em cada um dos links;
- 4.2.7.** Deverá suportar a implementação dos seguintes protocolos de PABX: EL7, Line Side, LC e QSIG (SSCT e CT);
- 4.2.8.** Deverá ter geração de sinais de 425 Hz e DTMF;
- 4.2.9.** Deverá ter a capacidade de detecção de discagem DTMF;
- 4.2.10.** Deverá ter a detecção de sinal de fax e de caixa costal. Sinalização padrão (600Hz/450ms – 1000Hz/450ms);
- 4.2.11.** Deverá ter detecção de silêncio e presença de áudio, antes e depois do atendimento;
- 4.2.12.** Deverá possibilitar o envio de informações de sinalização e estado dos canais via interface AMI;
- 4.2.13.** Deverá possibilitar o envio de comando específicos de sinalização, disponibilizados via interface AMI e AGI;
- 4.2.14.** Deverá fazer o balanceamento de ligações entre canais de uma ou mais rotas de saída;
- 4.2.15.** Deverá ter a capacidade de controlar e gerar tons de controle de chamada;
- 4.2.16.** Deverá suportar Drop Collect Call seletivo, com base no dialplan do Asterisk;
- 4.2.17.** Deverá ter comutação plena entre todos os canais e entre módulos;
- 4.2.18.** Deverá ter cancelamento de eco em todos os canais simultaneamente, independente do uso de outros recursos;
- 4.2.19.** Deverá ter cancelamento de eco de até 64ms (512 TAPS) por canal, já incluso;
- 4.2.20.** Deverá ter cancelamento de eco executado por DSP's (Digital Signal Processor) sem consumir capacidade de processamento do servidor;
- 4.2.21.** Deverá ter cancelamento de eco compatível com as normas ITU-T G165 e G168 (2000 a 2002), com convergência e ajuste de delay automáticos durante toda a ligação;
- 4.2.22.** O cancelamento de eco deverá ser efetivo e possuir qualidade de operadora (carrier grade), garantindo uma comunicação clara e com ótima qualidade de áudio;
- 4.2.23.** Deverá possuir gerenciamento de todas as funções do equipamento via web;
- 4.2.24.** Deverá permitir visualizar as informações de status de pelo menos as seguintes opções: Informações gerais, estado dos canais e estado do hardware;
- 4.2.25.** Deve permitir monitorar o estado do equipamento, estado dos canais e registro de erros, através do uso do protocolo de monitoramento SNMP.





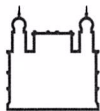
#### 4.3. Gateway FXO (Troncos Analógicos)

- 4.3.1. Deverá ser baseado em appliance (hardware dedicado), não sendo permitido o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC;
- 4.3.2. Deverá ser próprio para instalação em rack, padrão 19";
- 4.3.3. Deverá possuir, no mínimo, 08 portas para conexão de linhas analógicas (FXO);
- 4.3.4. Deverá possuir, no mínimo, 02 portas Ethernet 10/100 Mbits (RJ45), para conexão ao servidor;
- 4.3.5. Deverá suportar os seguintes recursos:
  - 4.3.5.1. Suportar protocolo SIP (RFC3261), MGCP (RFC2705), DTMF In-Band (RFC2833)
  - 4.3.5.2. Suportar os Codecs G.711, G.723.1, G.729 A, GSM e ILBC;
  - 4.3.5.3. Possuir cancelamento de eco;
  - 4.3.5.4. Deverá ter o cancelamento de eco executado por DSP's (Digital Signal Processor) sem consumir capacidade de processamento do servidor;
  - 4.3.5.5. Suportar detecção e supressão de silêncio;
  - 4.3.5.6. Possuir ajuste do volume de áudio e volume de voz;
  - 4.3.5.7. Suportar o protocolo de Fax Pass-through (T.30)
  - 4.3.5.8. Suportar o protocolo de Fax Relay (T.38)
- 4.3.6. Deverá possuir gerenciamento de todas as funções do equipamento via web;
- 4.3.7. Deve possibilitar backup e restauração da configuração;
- 4.3.8. Deve permitir visualizar as informações de status de pelo menos as seguintes opções: Informações gerais, estado das linhas e estado do hardware;
- 4.3.9. Deve permitir monitorar o estado do equipamento, estado dos canais e registro de erros, através do uso do protocolo de monitoramento SNMP.
- 4.3.10. Deve possibilitar o monitoramento do estado de ocupação dos troncos analógicos;
- 4.3.11. Deverá ser totalmente compatível com o sistema telefônico brasileiro, tanto em impedância quanto na identificação de chamadas;
- 4.3.12. Deverá ser totalmente compatível com a plataforma PABX Asterisk;

#### 4.4. Gateway FXS (Ramal analógico)

- 4.4.1. Deverá ser baseado em appliance (hardware dedicado), não sendo permitido o uso de softwares instalados em plataformas de servidor ou PC;
- 4.4.2. Deverá ser próprio para instalação em rack padrão 19";
- 4.4.3. Deverá possuir, no mínimo, 24 portas para conexão de ramais analógicos (FXS);
- 4.4.4. Deverá possuir, no mínimo, 02 portas Ethernet 10/100 Mbits (RJ45), para conexão ao servidor;
- 4.4.5. Deverá suportar os seguintes recursos:
  - 4.4.5.1. Suportar protocolo SIP (RFC3261), MGCP (RFC2705), DTMF In-Band (RFC2833)
  - 4.4.5.2. Suportar os Codecs G.711, G.723.1, G.729 A, GSM e ILBC;
  - 4.4.5.3. Possuir cancelamento de eco;
  - 4.4.5.4. Deverá ter o cancelamento de eco executado por DSP's (Digital Signal Processor) sem consumir capacidade de processamento do servidor;
  - 4.4.5.5. Suportar detecção e supressão de silêncio;
  - 4.4.5.6. Possuir ajuste do volume de áudio e volume de voz;
  - 4.4.5.7. Suportar o protocolo de Fax Pass-through (T.30)
  - 4.4.5.8. Suportar o protocolo de Fax Relay (T.38)
  - 4.4.5.9. Possuir tempo de flash ajustável;
- 4.4.6. Permitir o registro por porta;
- 4.4.7. Deverá possuir gerenciamento de todas as funções do equipamento via web;





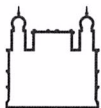
- 4.4.8. Deve possibilitar o backup e restauração da configuração;
- 4.4.9. Deve permitir a visualizar informações de status de pelo menos as seguintes opções: informações gerais, estado dos ramais, estado do hardware;
- 4.4.10. Deve possibilitar o monitoramento do uso dos ramais;
- 4.4.11. Deve permitir um enlace máximo de 3000 metros, por ramal;
- 4.4.12. Deve permitir as seguintes facilidades:
  - 4.4.12.1. Identificador de chamadas (DTMF/FSK);
  - 4.4.12.2. Siga-me;
  - 4.4.12.3. Transferência;
  - 4.4.12.4. Chamada em espera;
  - 4.4.12.5. Hotline;
  - 4.4.12.6. Roteamento de chamadas (LCR);
  - 4.4.12.7. Rediscagem;
  - 4.4.12.8. Distinção de ring pelo tipo de chamada;
- 4.4.13. Deverá ser totalmente compatível com o sistema telefônico brasileiro, tanto em impedância quanto na identificação de chamadas;
- 4.4.14. Deverá ser totalmente compatível com a plataforma PABX IP Asterisk.

#### 4.5. Telefone IP

##### 4.5.1. Telefone IP Tipo 1

- 4.5.1.1. Deverá possuir, no mínimo, 02 portas (1 WAN e 1 LAN) Fast-Ethernet (RJ45), funcionando em modo Bridge (Ponte);
- 4.5.1.2. Deverá funcionar como cliente DHCP ou com IP estático;
- 4.5.1.3. Deverá suportar padrão IEEE 802.3af PoE (Power over Internet);
- 4.5.1.4. Deverá possuir fonte externa (AC) com tensão de alimentação de 110/220 V automática, ou transformador fornecido com equipamento;
- 4.5.1.5. Deverá suportar o protocolo SIP, SDP, RTP, RTCP, HOLD, MWI e Call Transfer;
- 4.5.1.6. Deverá suportar os codecs G.711 a/u, G.723, G.726, G.729;
- 4.5.1.7. Deverá suportar os seguintes modos DTMF: In-Band, RFC 2833 e SIP info;
- 4.5.1.8. Deverá suportar IPv6;
- 4.5.1.9. Deverá permitir a utilização dos seguintes protocolos de segurança para comunicação: SIP v1(RFC2543) e v2(RFC3261), HTTPS (Servidor/cliente), SRTP (RFC3711), Transport Layer Security (TLS), VLAN (802.1pq), QoS, Autenticação Digest usando MD5/MD5-sess, Arquivo de configuração seguro com criptografia AES, Bloqueio do telefone com senha para privacidade pessoal, Modo de proteção de configuração de Administrador/Usuário;
- 4.5.1.10. Deverá possuir visor LCD de, no mínimo, resolução 132x64;
- 4.5.1.11. Deverá possuir, no mínimo, 9 teclas de função e teclas de navegação no menu do Display LCD, além do teclado numérico;
- 4.5.1.12. Deverá suportar o registro de 01 conta SIP;
- 4.5.1.13. Deverá possuir viva-voz full-duplex;
- 4.5.1.14. Deverá possuir no mínimo, as seguintes facilidades: Identificador de chamadas, chamada em espera, transferência, desvio, mudo, flash, rediscagem, conferencia entre 03 participantes, não perturbe, discagem rápida, lista telefônica de até 1000 entradas, lista negra, histórico de chamada, ajuste de volume de áudio, opção de selecionar toque de chamada, e suportar, no mínimo, as seguintes línguas: Português, Inglês e Espanhol;
- 4.5.1.15. Deverá ter total integração com o Sistema de Telefonia IP;
- 4.5.1.16. Deverá permitir auto provisionamento;





**4.5.1.17.** Deverá permitir total integração com o Skype for Business;

**4.5.1.18.** Deverá permitir a configuração de todos os recursos através de interface web;

#### **4.5.2. Telefone IP Tipo 2**

**4.5.2.1.** Deverá possuir, no mínimo, 02 portas (1 WAN e 1 LAN) Fast-Ethernet (RJ45), funcionando em modo Bridge (Ponte);

**4.5.2.2.** Deverá funcionar como cliente DHCP ou com IP estático;

**4.5.2.3.** Deverá suportar padrão IEEE 802.3af PoE (Power over Internet);

**4.5.2.4.** Deverá possuir fonte externa (AC) com tensão de alimentação de 110/220 V automática, ou transformador fornecido com equipamento;

**4.5.2.5.** Deverá suportar o protocolo SIP, SDP, RTP, RTCP, HOLD, MWI e Call Transfer;

**4.5.2.6.** Deverá suportar os codecs G.711 a/u, G.729, G.722, G.726, iLBC;

**4.5.2.7.** Deverá suportar os seguintes modos DTMF: In-Band, RFC 2833 e SIP info;

**4.5.2.8.** Deverá permitir IPv6;

**4.5.2.9.** Deverá permitir Open VPN;

**4.5.2.10.** Deverá permitir a utilização dos seguintes protocolos de segurança para comunicação: SIP v1(RFC2543) e v2(RFC3261), HTTPS (Servidor/cliente), SRTP (RFC3711), Transport Layer Security (TLS), VLAN (802.1pq), QoS, Autenticação Digest usando MD5/MD5-sess, Arquivo de configuração seguro com criptografia AES, Bloqueio do telefone com senha para privacidade pessoal, Modo de proteção de configuração de Administrador/Usuário;

**4.5.2.11.** Deverá possuir qualidade de áudio HD, tanto no handset quanto no viva-voz;

**4.5.2.12.** Deverá possuir visor LCD gráfico de no mínimo 240x120 com retro iluminação;

**4.5.2.13.** Deverá possuir, no mínimo, 08 teclas de função e teclas de navegação no menu do Display LCD, além do teclado numérico;

**4.5.2.14.** Deverá suportar o registro de no mínimo, 06 contas SIP;

**4.5.2.15.** Deverá possuir no mínimo, as seguintes facilidades: Identificador de chamadas, chamada em espera, transferência, desvio, mudo, flash, rediscagem, conferencia entre 03 participantes, não perturbe, discagem rápida, agenda, lista negra, histórico de chamada, ajuste de volume de áudio, opção de selecionar toque de chamada, e suportar, no mínimo, as seguintes línguas: Português, Inglês e Espanhol;

**4.5.2.16.** Deverá ter total integração com o Sistema de Telefonia IP;

**4.5.2.17.** Deverá permitir total integração com o Skype for Business;

**4.5.2.18.** Deverá permitir auto provisionamento;

**4.5.2.19.** Deverá permitir a configuração de todos os recursos através de interface web;

#### **4.5.3. Telefone IP Tipo 3**

**4.5.3.1.** Deverá possuir, no mínimo, 02 portas (1 WAN e 1 LAN) Gigabit-Ethernet (RJ45), funcionando em modo Bridge (Ponte);

**4.5.3.2.** Deverá funcionar como cliente DHCP ou com IP estático;

**4.5.3.3.** Deverá suportar padrão IEEE 802.3af PoE (Power over Internet);

**4.5.3.4.** Deverá possuir fonte externa (AC) com tensão de alimentação de 110/220 V automática, ou transformador fornecido com equipamento;

**4.5.3.5.** Deverá possuir entrada USB para conexão com headset Bluetooth (via USB dongle);

**4.5.3.6.** Deverá permitir IPv6;





- 4.5.3.7. Deverá suportar o protocolo SIP, SDP, RTP, RTCP, HOLD, MWI e Call Transfer;
- 4.5.3.8. Deverá suportar os codecs G.711 a/u, G.729, G.722, G.726, G.723, GSM, iLBC;
- 4.5.3.9. Deverá suportar os seguintes modos DTMF: In-Band, RFC 2833 e SIP info;
- 4.5.3.10. Deverá permitir a utilização dos seguintes protocolos de segurança para comunicação: SIP v1(RFC2543) e v2(RFC3261), HTTPS (Servidor/cliente), SRTP (RFC3711), Transport Layer Security (TLS), VLAN (802.1pq), QoS, Autenticação Digest usando MD5/MD5-sess, Arquivo de configuração seguro com criptografia AES, Bloqueio do telefone com senha para privacidade pessoal, Modo de proteção de configuração de Administrador/Usuário;
- 4.5.3.11. Deverá possuir qualidade de áudio HD, tanto no handset quanto no viva-voz;
- 4.5.3.12. Deverá possuir Display de 4,3" LCD 480 x 272 pixels colorido com retro iluminação;
- 4.5.3.13. Deverá possuir, no mínimo, 27 teclas de função e teclas de navegação no menu do Display LCD, incluindo 3 teclas programáveis, além do teclado numérico;
- 4.5.3.14. Deverá suportar o registro de até 6 contas SIP;
- 4.5.3.15. Deverá possuir no mínimo, as seguintes facilidades: Identificador de chamadas, chamada em espera, transferência, desvio, mudo, flash, rediscagem, conferencia entre 03 participantes, não perturbe, discagem rápida, agenda, lista negra, histórico de chamada, ajuste de volume de áudio, opção de selecionar toque de chamada, e suportar, no mínimo, as seguintes línguas: Português, Inglês e Espanhol;
- 4.5.3.16. Deverá ter total integração com o Sistema de Telefonia IP;
- 4.5.3.17. Deverá permitir auto provisionamento;
- 4.5.3.18. Deverá permitir a configuração de todos os recursos através de interface web;
- 4.5.3.19. Deverá suportar Open VPN.

#### 4.5.4. Telefone IP Tipo 4

- 4.5.4.1. Deverá possuir, no mínimo, 02 portas (1 WAN e 1 LAN) Gigabit Ethernet (RJ45), funcionando em modo Bridge (Ponte);
- 4.5.4.2. Deverá possuir Wifi dual band 2.4GHz e 5GHz, 802.11a/b/g/n;
- 4.5.4.3. Deverá possuir Bluetooth 4.0 + EDR, onde:
  - 4.5.4.3.1. Permite conexão com fone de ouvido Bluetooth;
  - 4.5.4.3.2. Permite pareamento com smartphone;
- 4.5.4.4. Deverá possuir 1 porta USB 2.0;
- 4.5.4.5. Deverá possuir 1 porta USB 3.0;
- 4.5.4.6. Deverá possuir 1 porta HDMI;
- 4.5.4.7. Deverá funcionar como cliente DHCP ou com IP estático;
- 4.5.4.8. Deverá suportar padrão IEEE 802.3af PoE (Power over Internet);
- 4.5.4.9. Deverá possuir fonte externa (AC) com tensão de alimentação de 110/220 V automática, ou transformador fornecido com equipamento;
- 4.5.4.10. Deverá suportar o protocolo SIP, SDP, RTP, RTCP, HOLD, MWI e Call Transfer;
- 4.5.4.11. Deverá suportar Video chamada;
- 4.5.4.12. Deverá suportar vídeo conferência com até 3 participantes e mais um participante de áudio(audioconferência);
- 4.5.4.13. Deverá suportar Open VPN
- 4.5.4.14. Deverá suportar IPv6





- 4.5.4.15. Deverá suportar os codecs G.711 a/u, G.722, G.723, G.729, G.726, iLBC e Opus;
- 4.5.4.16. Deverá suportar os codecs de vídeo: H.264 e H.263;
- 4.5.4.17. Deverá suportar os seguintes modos DTMF: In-Band, RFC 2833 e SIP info;
- 4.5.4.18. Deverá permitir a utilização dos seguintes protocolos de segurança para comunicação: SIP v1(RFC2543) e v2(RFC3261), HTTPS (Servidor/cliente), SRTP (RFC3711), Transport Layer Security (TLS), VLAN (802.1pq), QoS, Autenticação Digest usando MD5/MD5-sess, Arquivo de configuração seguro com criptografia AES, Bloqueio do telefone com senha para privacidade pessoal, Modo de proteção de configuração de Administrador/Usuário;
- 4.5.4.19. Deverá possuir qualidade de áudio HD, tanto no handset quanto no viva-voz;
- 4.5.4.20. Deverá possuir viva-voz full-duplex;
- 4.5.4.21. Deverá possuir Display 8" IPS LCD com resolução de 1280 x 800, Touch Screen capacitivo;
- 4.5.4.22. Deverá possuir câmera de 2M pixels, Full HD(1080p e 30fps) para chamadas de vídeo;
- 4.5.4.23. Deverá possuir, no mínimo, 8 teclas de função e teclas de navegação no menu do Display LCD, além do teclado numérico;
- 4.5.4.24. Deverá suportar o registro de até 16 contas SIP;
- 4.5.4.25. Deverá possuir no mínimo, as seguintes facilidades: Chamada em espera, transferência, desvio, mudo, flash, rediscagem, conferencia entre 03 participantes, não perturbe, discagem rápida, agenda, lista negra, histórico de chamada, ajuste de volume de áudio, opção de selecionar toque de chamada, e suportar, no mínimo, as seguintes línguas: Português, Inglês e Espanhol;
- 4.5.4.26. Deverá ter total integração com o Sistema de Telefonia IP;
- 4.5.4.27. Deverá permitir auto provisionamento;
- 4.5.4.28. Deverá permitir a configuração de todos os recursos através de interface web;

#### 4.6. Headsets

##### 4.6.1.Headset monoauricular USB

- 4.6.1.1. Deverá possuir conexão USB;
- 4.6.1.2. Deverá possuir processador digital de som (DSP);
- 4.6.1.3. Deverá possuir tiara (arco) regulável;
- 4.6.1.4. Deverá estar em conformidade com a NR 17;
- 4.6.1.5. Deverá estar em conformidade com a norma de ruídos do INMETRO NBR 10152;
- 4.6.1.6. Deverá possuir haste do microfone com possibilidade de giro de no mínimo 180 graus;
- 4.6.1.7. Deverá possuir protetor auricular de corino;
- 4.6.1.8. Deverá possuir estrutura reforçada para contact centers;
- 4.6.1.9. Não deverá ter a necessidade de instalação de drivers ou programas adicionais, exceto drivers nativos dos sistemas operacionais (Plug and Play);
- 4.6.1.10. Deverá possuir material composto de plástico-borracha;
- 4.6.1.11. Deverá possuir frequência de áudio de 20Hz até 16000Hz;
- 4.6.1.12. Deverá estar em conformidade com o padrão TIA-920;
- 4.6.1.13. Deverá possuir microfone com redução de ruído;
- 4.6.1.14. Deverá possuir controle de volume de transmissão e controle de volume de recepção no cabo, assim como "mute" de transmissão e "mute" de recepção também no cabo;



#### **4.7. Comunicações Unificadas**

**4.7.1.** O sistema deverá ser integrado com o Skype for Business, já em funcionamento na instituição e funcionar com, no mínimo, as seguintes ferramentas:

- 4.7.1.1.** Chamadas de Voz e Vídeo
- 4.7.1.2.** Mensageiro instantâneo
- 4.7.1.3.** Presença
- 4.7.1.4.** Colaboração
- 4.7.1.5.** Integração com LDAP;
- 4.7.1.6.** Respostas automáticas quando no “não perturbe”;
- 4.7.1.7.** Opções de melhorias de segurança e criptografia de mídia;
- 4.7.1.8.** Salas de chat corporativa, para reuniões e conferências on-line.
- 4.7.1.9.** Integração com Softphone para Smartphone.
- 4.7.1.10. Configurações Avançadas:**
  - 4.7.1.10.1.** Deverá permitir NAT;
  - 4.7.1.10.2.** Deverá haver redutor de ruído;
  - 4.7.1.10.3.** Deverá haver cancelamento de eco;
  - 4.7.1.10.4.** Deverá haver detecção de atividade de voz;
  - 4.7.1.10.5.** Deverá permitir QoS;
  - 4.7.1.10.6.** Deverá permitir criptografia (TLS e SRTP);
  - 4.7.1.10.7.** Deverá haver suporte a VPN;

#### **5. Capacitação / Treinamento Técnico do Sistema**

**5.1.** O treinamento deverá ter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- a)** Introdução à Telefonia IP
- b)** PABX IP
- c)** Asterisk
  - a.** Instalação
  - b.** Plano de discagem (extensions.conf)
  - c.** Ramais (sip.conf)
  - d.** Trunks (IAX2 e SIP)
- d)** Protocolos:
  - a.** SIP
  - b.** H.323
  - c.** RTP/SRTP
- e)** Qualidade de voz:
  - a.** Delay, Jitter, Packet Loss, Echo
  - b.** Escolha de Codecs e otimização de qualidade
  - c.** QoS
- f)** Codecs:
  - a.** G711
  - b.** G722
  - c.** G723
  - d.** G726
  - e.** G729
  - f.** G728
- g)** Gerenciamento de Tráfego
- h)** VoIP via Software - Softphones
- i)** Terminais / Ramais IP





- a. Ativação
  - b. Configuração
  - c. Monitoramento e troubleshooting de terminais / ramais IP
- j) Configuração de PABX IP
  - a. Configuração de terminais / ramais IP ou SIP
  - b. Configuração de troncos SIP e IAX2
  - c. Configuração de troncos E1
    - i. Configuração do Gateway E1 (R2 e ISDN)
  - d. Configuração dos troncos analógicos
    - i. Configuração do Gateway FXO
  - e. Configuração dos ramais analógicos
    - i. Configuração do Gateway FXS
  - f. Configuração de Correio de Voz
  - g. Configuração de bilhetes de tarifação
  - h. Configuração das facilidades dos usuários:
    - i. Chamadas em espera;
    - ii. Desvios;
    - iii. Chefe-secretaria;
    - iv. Grupos de captura;
    - v. Grupos de busca;
    - vi. Desvio e desvio condicional;
    - vii. Conferência e Salas de Conferência;
    - viii. Gravação de chamadas
  - i. Telefonia IP e segurança

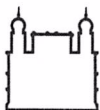
- 5.2. Deverá ser emitido certificado relativo ao curso, contendo descritivo, carga horária, desempenho e menção final
- 5.3. A CONTRATADA poderá sugerir e alterar o programa do treinamento, desde que o mesmo seja aprovado pela FIOCRUZ.
- 5.4. A CONTRATADA deverá fornecer um manual, em arquivo digital, contendo todo o conteúdo abordado no Treinamento.

## 6. Capacitação dos usuários

- 6.1. A CONTRATADA deverá desenvolver e fornecer um manual de operações do sistema, em arquivo digital, contendo todas as facilidades disponíveis aos usuários, assim como os procedimentos para a utilização dos mesmos.

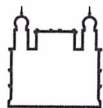
## 7. Tarifação

- 7.1. Sistema de tarifação centralizado, baseado em páginas web, multi-usuário com no mínimo 5 sessões de administração simultâneas, disponibilizando acesso a consultas e relatórios. Deverá coletar bilhetes de todos os ramais de sites remotos, inclusive os que se conectam via SBC (Session Border Controller);
- 7.2. Deverá possuir recurso de realização de bilhetagem centralizada de todas as ligações por ramais corporativos (telefone IP e softphone), incluindo-se as chamadas de/para a rede pública;
- 7.3. Permitir backup dos bilhetes coletados e da tarifação. Possibilitar realização de backup automatizado utilizando a solução de storage e backup da contratante;
- 7.4. Deverá permitir a emissão de relatórios, no mínimo, nos seguintes formatos: XML, TXT, RTF, DOC, XLS, ODS, ODT, PDF;



- 7.5. Permitir a observação de dados de tráfego que possibilite a medição e registro diários, em forma de relatórios específicos para análise de custos, ocupação dos troncos e ramais, duração de chamadas, avaliação da carga de serviço;
- 7.6. Permitir a emissão de relatórios com identificação de parâmetros mínimos que permitam a conferência de todas as chamadas realizadas e recebidas, conforme resoluções 426 e 477 da Anatel;
- 7.7. Apresentar, também, nos relatórios detalhados, o tipo de degrau tarifário (D1, D2, D3 ou D4) e o grupo de países para cada chamada de longa distância nacional e internacional, respectivamente. O cálculo da distância geodésica e a formação do grupo de países deverão atender as exigências da Resolução n.º 424 da Anatel que aprovou o Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC. O sistema deve permitir também a incorporação de outros grupos de países definidos pela Anatel;
- 7.8. Processar bilhetagem para a capacidade máxima da solução independente do local de instalação;
- 7.9. Gerar os bilhetes (CDRs) que contenha todas as informações necessárias que subsidiem as características requeridas na especificação do tarifador, possuindo no mínimo os seguintes dados de identificação:
  - CSP de longa distância;
  - AN (área de numeração);
  - Data e hora de início da chamada;
  - Duração da chamada;
  - Número do ramal que originou a chamada;
  - Número de destino;
  - Transferência da chamada;
  - Degrâu tarifário;
  - Grupo de países;
- 7.10. Gerar relatórios regulares e customizáveis, do tipo analítico e com gráficos anexos quando necessário, entre eles:
  - Conta telefônica, totalizando e discriminando ligações locais, celulares, DDDs e DDIs;
  - Centro de custo, totalizando e detalhando os custos por ramal/centro;
  - Relatório de tráfego resumido e um ramal específico ou faixa de ramais;
  - Relatórios detalhados por ramal, incluindo encaminhamentos realizados por este;
  - Sumário ou detalhados por órgão (usuário, níveis hierárquicos, centro de custo, troncos, rotas internas);
  - Sumários por tipos de chamadas (saída, entrada, intra-rede, saída / entrada, ramal-ramal, desviadas);
  - Diretório organizacional por nível hierárquico;
  - Distribuição de uso por hora do dia;
  - Estatísticas de distribuição de chamadas (número discado) por unidade;
  - Ranking de números mais discados por duração, custos, quantidade e minutos;
  - Históricos mensais por unidades;
  - Relatórios estatísticos de chamadas não atendidas e outros estados não bilhetados (ligações perdidas, linha ocupada e etc);
  - Relatório poderão ser ordenados por centro de custo, ramal, tronco, data ou número discado.
- 7.11. Apresentar relatórios com formatação (incluindo negritos, sombreados e etc.) e gráficos. Os relatórios podem ser simplesmente vistos em tela, impressos (em qualquer impressora local ou em rede), salvos em disco ou ser enviados para um storage distinto;
- 7.12. Realizar backup diário de forma automática de todos os bilhetes do sistema centralizado;





- 7.13. Permitir preservar os registros dos bilhetes já tarifados dos últimos 90 dias;
- 7.14. Permitir processamento em tempo real, de modo que os bilhetes entrantes e saintes sejam transferidos para um servidor de arquivos;
- 7.15. Permitir o cadastramento de tarifas praticadas por cada operadora;
- 7.16. Possibilitar o envio relatórios em qualquer formato via e-mail, mediante protocolo SMTP. Cada ramal poderá ser associado a um ou mais endereços de e-mail;
- 7.17. Deverá permitir o agendamento de emissão de relatórios;
- 7.18. Permitir a validação (atesto) de contas telefônicas por meio de formulário web;
- 7.19. Permitir integração com o PABX IP e bloquear, **de forma automática**, terminais / ramais que atingirem suas cotas de utilização;

### **Capacitação / Treinamento do Sistema de Tarifação**

- 7.20. A CONTRATADA deverá ministrar um treinamento de operação do sistema de tarifação, a 5 (cinco) usuários indicados pela Fiocruz, contendo, no mínimo, o seguinte conteúdo:
  - a) Emissão de relatórios e análise de análise ocupação dos troncos e ramais;
  - b) Emissão de relatórios e análise de análise de duração de chamadas;
  - c) Emissão de relatórios e análise de análise de carga de serviço;
  - d) Emissão de relatórios gerenciais;
  - e) Analise de tráfego mediante uso de relatórios;
  - f) Emissão de relatórios por degrau tarifário;
  - g) Emissão e gerenciamento de validação (atesto) de contas telefônicas por meio de formulário web;
  - h) Cadastramento de tarifas praticadas;
  - i) Envio de relatórios para ramal;
  - j) Gerar relatórios regulares e customizáveis, do tipo analítico e com gráficos anexos quando necessário, entre eles:
    - a. Conta telefônica, totalizando e discriminando ligações locais, celulares, DDDs e DDIs
    - b. Centro de custo, totalizando e detalhando os custos por ramal/centro
    - c. Relatório de tráfego resumido e um ramal específico ou faixa de ramais;
    - d. Relatórios detalhados por ramal, incluindo encaminhamentos realizados por este;
    - e. Sumário ou detalhados por órgão (usuário, níveis hierárquicos, centro de custo, troncos, rotas internas);
    - f. Sumários por tipos de chamadas (saída, entrada, intra-rede, saída / entrada, ramal-ramal, desviadas);
    - g. Diretório organizacional por nível hierárquico;
    - h. Distribuição de uso por hora do dia;
    - i. Estatísticas de distribuição de chamadas (número discado) por unidade;
    - j. Ranking de números mais discados por duração, custos, quantidade e minutos;
    - k. Históricos mensais por unidades;
    - l. Relatórios estatísticos de chamadas não atendidas e outros estados não bilhetados (ligações perdidas, linha ocupada e etc);
    - m. Relatório poderão ser ordenados por centro de custo, ramal, tronco, data ou número discado;
  - k) Emitir relatórios com formatação (incluindo negritos, sombreados e etc.) e gráficos;
  - l) Agendamento de emissão de relatórios;
- 7.21. A CONTRATADA deverá fornecer, um manual de utilização, em arquivo digital, que contenha todo o programa abordado no treinamento e capacitação.

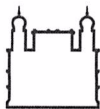


## ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

### RELAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Lote	Item	Descrição	Quantidade de fornecimento em até 12 meses
1	1	Serviço de instalação, configuração e treinamento técnico de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) no Data Center Fiocruz e Aparelhos IP	5
	2	Serviço de instalação e configuração de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) de sobrevivência	10
	3	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 2 x E1	8
	4	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 4 x E1	4
	5	Serviço de instalação de Gateway FXO com 8 interfaces	4
	6	Serviço de instalação e configuração de Gateway FXS com 24 interfaces, incluindo instalação de cabo Centronics e Patch Panel compatível com cabo Centronics	6
	7	Servidor - Modelo de referência: Servidor Dell powerWdge R530, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	10
	8	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 600, com 2 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	8
	9	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 1200, com 4 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	4
	10	Gateway FXO - Modelo de referência: EBS-FXO 80, com 8 interfaces FXO, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	4
	11	Gateway FXS - EBS-FXS SPX, com 24 interfaces de FXS, com cabo Centronics e Patch Panel 24 portas(compatível com cabo centronics) para distribuição dos ramais, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	6
	12	Telefone IP Tipo 1 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-19P E2, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	1000
	13	Telefone IP Tipo 2 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-27P, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20
	14	Telefone IP Tipo 3 - Modelo de referência: Yealink SIP-T27G, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20
	15	Telefone IP Tipo 4 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-58V, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20
	16	Headset monoauricular USB - Modelo de referência: Phonotech R20USB-M, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	200
	17	Instalação, fornecimento e treinamento de Sistema de tarifação para PABX IP, para no mínimo 1000 ramais.	3





## ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Processo nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contrato nº: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Fiscal do Contrato: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante da Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Conforme os termos do art. 73, inciso II, (alínea a) da Lei 8.666/93, realizou-se nesta data, o recebimento provisório dos seguintes bens e serviços, com respectivos acessórios:

Item	Descrição	Qtd.

Considera-se recebido o material, entregue pela empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, para posterior verificação de conformidade com as especificações constante no Contrato, Edital e respectivo Termo de Referência.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXXXXXXX de 20XX

\_\_\_\_\_  
Gesto do Contrato

\_\_\_\_\_  
Fiscal do Contrato



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

## ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Processo nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contrato nº: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Fiscal do Contrato: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Representante da Contratada: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Conforme os termos do art. 73, inciso II, (alínea a) da Lei 8.666/93, realizou-se nesta data, o recebimento provisório dos seguintes bens e serviços, com respectivos acessórios:

Item	Descrição	Qtd.

Considera-se recebido o material, entregue pela empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, para posterior verificação de conformidade com as especificações constante no Contrato, Edital e respectivo Termo de Referência.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX

Gestor do Contrato

Fiscal do Contrato





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

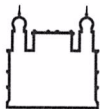
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

## ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA

### MODELO DE FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE TREINAMENTO

Formulário de avaliação de treinamento	
Treinamento:	
Nome do servidor:	
Data de avaliação:	
Item de avaliação	Nota (0 - 10)
1.Abordagem do conteúdo	
2.Distribuição da programação	
3.Desempenho dos instrutores	
4.Adequação da carga horária	
5.Contribuição para a melhoria da qualidade do seu trabalho	
6.Material audiovisual	
7.Aulas práticas	
8.Participação pessoal	
9.Adequação do conteúdo das aulas ao objetivo do curso	
10.Instalações das aulas práticas	
<b>Sugestões / Observações</b>	



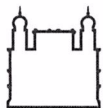
## ANEXO VI DO TERMO DE REFERÊNCIA

### CRITÉRIO PARA ACEITAÇÃO DE AMOSTRAS

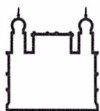
#### 1. Amostras

- 1.1. A fim de que a Administração possa assegurar-se de que o objeto da proposta pelo licitante conforma-se de fato às exigências técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, como condição para adjudicação, a LICITANTE que estiver provisoriamente melhor colocada deverá apresentar amostras dos **itens 1, 2, do Lote 1**, os quais, para verificação da funcionalidade, deverão ser instalados em equipamento semelhante ao item 7, em local de responsabilidade da LICITANTE ou na sede da CONTRATANTE.
- 1.2. A aceitação e homologação das amostras será realizada conforme os critérios definidos neste Anexo ao Termo de Referência.
- 1.3. Será utilizado ainda como parâmetro para a homologação das amostras a proposta apresentada pela licitante em conjunto com a documentação da solução integrante da proposta.
- 1.4. A amostra dos **itens 1, 2 e 7** serão aceitas e julgadas homologadas caso atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:
  - 1.4.1. Demonstração que todos os componentes da solução (com exceção dos aparelhos telefônicos IP) como fontes de alimentação, processamento e memória da solução possuem redundância e alta disponibilidade; Demonstração de comutação automática ou hot stand-by;
  - 1.4.2. Demonstração que o PABX IP é homologado para funcionamento em conjunto com terminais IP constantes na proposta da licitante;
  - 1.4.3. Demonstração de que a solução utiliza o software Asterisk em sua forma nativa, e não distribuição baseada em sua plataforma;
  - 1.4.4. Demonstração que a solução não é baseada em plataforma PC;
  - 1.4.5. Demonstração que dispõe ou permite as funcionalidades descrita neste Termo de Referência;
  - 1.4.6. Demonstração de adequação aos critérios de sustentabilidade ambiental definidos neste Termo;
  - 1.4.7. Demonstração de funcionamento do sistema de sobrevivência em caso de perda de conexão com o Sistema Central. Neste teste, os terminais deverão se logar de forma automática ao sistema de sobrevivência, assim que houver a perda de conexão com o sistema central;
- 1.5. A amostra dos **itens 8 e 9** serão aceitas e julgadas homologadas caso atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:
  - 1.5.1. Demonstração que é homologado para funcionamento compatível com Asterisk;
  - 1.5.2. Demonstração que o equipamento é baseado em appliance (hardware dedicado);
  - 1.5.3. Demonstração de que possui, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100 Mbps;
  - 1.5.4. Demonstração que as interfaces E1 deverão ser através de interface RJ45 de 120 Ohms, ou interface BNC de 75 Ohms, para recebimento dos canais da operadora de telefonia;
  - 1.5.5. Demonstração que possui gerenciamento de todas as funções do equipamento via Web;
  - 1.5.6. Demonstração que permite visualizar as informações de status dos canais, registro de erros e informações do sistema, seja via web ou via protocolo de monitoramento SNMP;





- 1.6.** A amostra do **item 10** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- 1.6.1.** Demonstração que é homologado para funcionamento compatível com Asterisk;
  - 1.6.2.** Demonstração que o equipamento é baseado em appliance (hardware dedicado);
  - 1.6.3.** Demonstração de que possui, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100 Mbps;
  - 1.6.4.** Demonstração que possui, no mínimo, 8 portas para conexão de linhas analógicas (FXO);
  - 1.6.5.** Demonstração que suporta, no mínimo, os Codecs SIP, MGCP e DTMG In-Band;
  - 1.6.6.** Demonstração que suporta os protocolos de fax T.30 e T.38;
  - 1.6.7.** Demonstração que possui gerenciamento de todas as funções do equipamento via Web;
  - 1.6.8.** Demonstração que permite visualizar as informações de ocupação dos troncos analógicos, registro de erros e informações do sistema, seja via web ou via protocolo de monitoramento SNMP;
- 1.7.** A amostra do **item 11** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- 1.7.1.** Demonstração que é homologado para funcionamento compatível com Asterisk;
  - 1.7.2.** Demonstração que o equipamento é baseado em appliance (hardware dedicado);
  - 1.7.3.** Demonstração de que possui, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100 Mbps;
  - 1.7.4.** Demonstração que possui, no mínimo, 24 portas para conexão de linhas analógicas (FXS);
  - 1.7.5.** Demonstração que suporta, no mínimo, os Codecs SIP, MGCP e DTMG In-Band;
  - 1.7.6.** Demonstração que suporta os protocolos de fax T.30 e T.38;
  - 1.7.7.** Demonstração que possui tempo de Flash ajustável;
  - 1.7.8.** Demonstração que possui gerenciamento de todas as funções do equipamento via Web;
  - 1.7.9.** Demonstração que permite visualizar as informações gerais do sistema, estado de ocupação dos ramais e registro de erros, seja via web ou via protocolo de monitoramento SNMP;
  - 1.7.10.** Demonstração que faz distinção de ring pelo tipo de chamada;
  - 1.7.11.** Demonstração que possui identificador de chamadas (DTMF/FSK);
  - 1.7.12.** Demonstração que é totalmente compatível com o sistema telefônico brasileiro, tanto em impedância quanto na identificação de chamadas;
  - 1.7.13.** Fornecimento de cabo Centronics e patch panel compatível para distribuição dos ramais;
- 1.8.** A amostra do **item 12** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- 1.8.1.** Demonstração que é homologado para funcionamento integrado ao Asterisk;
  - 1.8.2.** Demonstração que terminais/ramais IP são compatíveis com POE (Power Over Ethernet) classe 1;
  - 1.8.3.** Demonstração que terminais/ramais IP possuem, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100 Mbps, funcionando em modo bridge;
  - 1.8.4.** Demonstração que possui qualidade de voz HD, tanto no handset quanto no viva-voz;
  - 1.8.5.** Demonstração que suporta, no mínimo, 01 conta SIP;
  - 1.8.6.** Demonstração de utilização dos Codecs G.711 e G.729;
  - 1.8.7.** Demonstração de utilização dos protocolos SIP e SRTP;
  - 1.8.8.** Demonstração que possui mostrador em LCD com resolução mínima de 132 x 64 pixels;



- 1.8.9. Demonstração que possui pelo menos, 09 (nove) teclas de funções programáveis e teclas de navegação no menu do Display LCD;
  - 1.8.10. Demonstração onde permite auto provisionamento;
  - 1.8.11. Demonstração de integração com o Skype for Business;
  - 1.8.12. Demonstração que possui, no mínimo, as seguintes facilidades:
    - 1.8.12.1. Identificador de chamadas;
    - 1.8.12.2. Chamada em espera;
    - 1.8.12.3. Transferência;
    - 1.8.12.4. Desvio;
    - 1.8.12.5. Mudo;
    - 1.8.12.6. Flash;
    - 1.8.12.7. Rediscagem;
    - 1.8.12.8. Conferência entre 03 participantes;
    - 1.8.12.9. Não perturbe;
    - 1.8.12.10. Discagem rápida;
    - 1.8.12.11. Lista telefônica de até 1000 entradas;
    - 1.8.12.12. Lista negra;
    - 1.8.12.13. Histórico de chamadas;
    - 1.8.12.14. Ajuste de volume de áudio;
  - 1.8.13. Demonstração que permite configuração de todos os recursos através de interface web;
- 1.9. A amostra do **item 13** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- 1.9.1. Demonstração que é homologado para funcionamento integrado ao Asterisk;
  - 1.9.2. Demonstração que terminais/ramais IP são compatíveis com POE (Power Over Ethernet) classe 1;
  - 1.9.3. Demonstração que terminais/ramais IP possuem, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100 Mbps, funcionando em modo bridge;
  - 1.9.4. Demonstração que possui qualidade de voz HD, tanto no handset quanto no viva-voz;
  - 1.9.5. Demonstração que suporta, no mínimo, 06 conta2 SIP;
  - 1.9.6. Demonstração de utilização dos protocolos SIP e SRTP;
  - 1.9.7. Demonstração de utilização dos Codecs G.711 e G.729;
  - 1.9.8. Demonstração que possui mostrador em LCD com resolução mínima de 240 x 120 pixels;
  - 1.9.9. Demonstração que possui pelo menos, 08 (oito) teclas de funções programáveis e teclas de navegação no menu do Display LCD;
  - 1.9.10. Demonstração onde permite auto provisionamento;
  - 1.9.11. Demonstração de integração com o Skype for Business;
  - 1.9.12. Demonstração que possui, no mínimo, as seguintes facilidades:
    - 1.9.12.1. Identificador de chamadas;
    - 1.9.12.2. Chamada em espera;
    - 1.9.12.3. Transferência;
    - 1.9.12.4. Desvio;
    - 1.9.12.5. Mudo;
    - 1.9.12.6. Flash;
    - 1.9.12.7. Rediscagem;
    - 1.9.12.8. Conferência entre 03 participantes;
    - 1.9.12.9. Não perturbe;
    - 1.9.12.10. Discagem rápida;
    - 1.9.12.11. Lista telefônica de até 1000 entradas;





1.9.12.12. Lista negra;

1.9.12.13. Histórico de chamadas;

1.9.12.14. Ajuste de volume de áudio;

1.9.13. Demonstração que permite configuração de todos os recursos através de interface web;

1.10. A amostra do **item 14** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

1.10.1. Demonstração que é homologado para funcionamento integrado ao Asterisk;

1.10.2. Demonstração que terminais/ramais IP são compatíveis com POE (Power Over Ethernet) classe 1;

1.10.3. Demonstração que terminais/ramais IP possuem, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100/1000 Mbps, funcionando em modo bridge;

1.10.4. Demonstração que possui qualidade de voz HD, tanto no headset quanto no viva-voz;

1.10.5. Demonstração que suporta, no mínimo, 06 contas SIP;

1.10.6. Demonstração que possui entrada USB para conexão com headset Bluetooth (via USB dongle);

1.10.7. Demonstração de utilização dos protocolos SIP e SRTP;

1.10.8. Demonstração de utilização dos Codecs G.711 e G.729;

1.10.9. Demonstração que possui mostrador em LCD de 4,3" com resolução mínima de 480 x 272 pixels colorido com retro iluminação;

1.10.10. Demonstração que possui pelo menos, 27 (vinte e sete) teclas de funções programáveis e teclas de navegação no menu do Display LCD;

1.10.11. Demonstração onde permite auto provisionamento;

1.10.12. Demonstração que possui, no mínimo, as seguintes facilidades:

1.10.12.1. Identificador de chamadas;

1.10.12.2. Chamada em espera;

1.10.12.3. Transferência;

1.10.12.4. Desvio;

1.10.12.5. Mudo;

1.10.12.6. Flash;

1.10.12.7. Rediscagem;

1.10.12.8. Conferência entre 03 participantes;

1.10.12.9. Não perturbe;

1.10.12.10. Discagem rápida;

1.10.12.11. Lista telefônica de até 1000 entradas;

1.10.12.12. Lista negra;

1.10.12.13. Histórico de chamadas;

1.10.12.14. Ajuste de volume de áudio;

1.10.13. Demonstração que permite configuração de todos os recursos através de interface web;

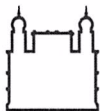
1.10.14. Demonstração que suporta open VPN;

1.11. A amostra do **item 15** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:

1.11.1. Demonstração que é homologado para funcionamento integrado ao Asterisk;

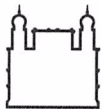
1.11.2. Demonstração que terminais/ramais IP são compatíveis com POE (Power Over Ethernet) classe 1;

1.11.3. Demonstração que terminais/ramais IP possuem, no mínimo, 2 interfaces de rede Base-T 10/100/1000 Mbps, funcionando em modo bridge;



- 1.11.4. Demonstração que possui Wifi dual band 2.4Ghz e 5Ghz, 802.11 a/b/g/n;
  - 1.11.5. Demonstração que possui Bluetooth 4.0;
  - 1.11.6. Demonstração que possui 1 porta USB 2.0;
  - 1.11.7. Demonstração que possui 1 porta USB 3.0;
  - 1.11.8. Demonstração que possui 1 porta HDMI;
  - 1.11.9. Demonstração que possui qualidade de voz HD, tanto no handset quanto no viva-voz;
  - 1.11.10. Demonstração que suporta, no mínimo, 16 contas SIP;
  - 1.11.11. Demonstração de utilização dos protocolos SIP e SRTP;
  - 1.11.12. Demonstração de utilização dos Codecs G.711, G.729 e Opus;
  - 1.11.13. Demonstração que suporta os Codecs de vídeo H.264 e H.263;
  - 1.11.14. Demonstração que possui mostrador em LCD de 8" com resolução mínima de 1280 x 800 pixels colorido, touch screen capacitivo com retro iluminação;
  - 1.11.15. Demonstração que possui câmera 2M pixels, Full HD (1080p 30fps) para chamadas de vídeo;
  - 1.11.16. Demonstração que possui pelo menos, 8 (oito) teclas de funções programáveis e teclas de navegação no menu do Display LCD;
  - 1.11.17. Demonstração que suporta videochamada;
  - 1.11.18. Demonstração onde permite auto provisionamento;
  - 1.11.19. Demonstração de integração com o Skype for Business;
  - 1.11.20. Demonstração que possui, no mínimo, as seguintes facilidades:
    - 1.11.20.1. Identificador de chamadas;
    - 1.11.20.2. Chamada em espera;
    - 1.11.20.3. Transferência;
    - 1.11.20.4. Desvio;
    - 1.11.20.5. Mudo;
    - 1.11.20.6. Flash;
    - 1.11.20.7. Rediscagem;
    - 1.11.20.8. Conferência entre 03 participantes;
    - 1.11.20.9. Não perturbe;
    - 1.11.20.10. Discagem rápida;
    - 1.11.20.11. Lista telefônica de até 1000 entradas;
    - 1.11.20.12. Lista negra;
    - 1.11.20.13. Histórico de chamadas;
    - 1.11.20.14. Ajuste de volume de áudio;
  - 1.11.21. Demonstração que permite configuração de todos os recursos através de interface web;
  - 1.11.22. Demonstração que suporta Open VPN;
- 1.12. A amostra do **item 16** será aceita e julgada homologada caso atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos:
- 1.12.1. Demonstração que é homologado para funcionamento integrado ao Asterisk;
  - 1.12.2. Demonstração que possui conexão USB;
  - 1.12.3. Demonstração que possui tiara (arco) regulável;
  - 1.12.4. Demonstração que possui processador digital de som (DSP);
  - 1.12.5. Demonstração que possui microfone com redução de ruído;
  - 1.12.6. Demonstração que possui controle de volume de transmissão e controle de volume de recepção no cabo, assim como "mute" de transmissão e "mute" de recepção, também no cabo;
  - 1.12.7. Demonstração que possui fácil instalação, sem a necessidade de drivers adicionais (Plug and Play);





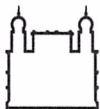
Ministério da Saúde

FIOCRUZ

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

2. Por ocasião da apresentação das amostras, a licitante melhor classificada deverá comprovar a adequação aos critérios de sustentabilidade ambiental definidos neste Termo e em conformidade com os critérios definidos no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
  - 2.1. A comprovação poderá se dar mediante apresentação de declaração ou certificação que ateste a adequação.
3. Caso não se confirme a adequação do produto, a amostra não será aceita e a proposta será desclassificada.
  - 3.1. As amostras serão julgadas homologadas caso atendam concomitantemente a todos os parâmetros acima estabelecido.



## ANEXO VII DO TERMO DE REFERÊNCIA

### CRITÉRIOS PARA HOMOLOGAÇÃO DA SOLUÇÃO

#### 1. Homologação

1.1. Após a instalação, testes e ativação, a CONTRATANTE iniciará período de Homologação, no qual será realizada avaliação do funcionamento da solução e de compatibilidade com as especificações funcionais, constando das seguintes atividades:

- a) Verificação das instalações atinentes ao PABX IP realizadas pela CONTRATADA. Neste aspecto, a instalação será julgada caso esteja em conformidade com as normas técnicas ABNT atinentes à instalações elétricas e rede de telefonia;
- b) Testes de funcionalidades do PABX IP e dos ramais/terminais IP:
  - a. Verificação do software Asterisk nativo;
  - b. Verificação de interface Web de configuração e disponibilização do código fonte do mesmo;
  - c. Verificação de adequação do plano de numeração;
  - d. Verificação de Identificação Automática do Número;
  - e. Verificação de Código de Seleção de Prestadora;
  - f. Verificação de registro de telefones através do protocolo DHCP;
  - g. Verificação de supressão de silêncio;
  - h. Verificação de manipulação de rotas (inserção ou retirada de prefixos, substituição de dígitos, etc) dos números de origem e de destino;
  - i. Verificação de implementação de Codecs de compressão de voz G711, G711a, G.711μ, G729, G729a, e G722;
  - j. Verificação de VAD (Voice Activity Detection) e cancelamento de eco;
  - k. Verificação de compensação da variação do atraso (jitter);
  - l. Verificação de suporte a CODECs ITU-T H.261 ou H.263 ou H.264;
  - m. Verificação de DDR (Discagem Direta Ramal);
  - n. Verificação de música de espera;
  - o. Verificação de execução de Backups automáticos de configuração;
  - p. Verificação de integração com a base de dados (Active Directory) de usuários do órgão;
  - q. Verificação de recursos de gravação de voz;
  - r. Verificação de Correio de Voz;
  - s. Verificação de funcionalidade de voicemail integrado;
  - t. Verificação de integração do correio de voz com servidor de correio eletrônico Microsoft Exchange Server 2010;
  - u. Verificação de integração com Skype for Business;
  - v. Verificação de realização de audioconferências;
  - w. Verificação de realização de videochamadas e videoconferências;
  - x. Verificação de bloqueio de serviços (prefixos 0300, 0500 e similares, ligações a cobrar);
  - y. Verificação de chefe-secretária;
  - z. Verificação de implementação de desvio condicional, desvio por não atendimento, desvio sobre ocupado, retorno automático de chamada, retenção de chamadas, transferência de chamadas, chamada em modo de espera, captura de chamadas em grupo e individuais, retorno de chamada,





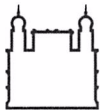
serviço noturno, estacionamento de chamadas, rota de transbordo, siga-me, não perturbe;

- aa.** Verificação de categorias de ramais;
- bb.** Verificação de serviço de telefonista;
- cc.** Verificação de rota de menor custo;
- dd.** Verificação de cotas de chamadas ou custos por usuário;
- ee.** Verificação de funcionamento de URA;

**c) Testes de redundância e alta disponibilidade dos periféricos/componentes/objeto:**

- a.** Adição de software ou módulos e placas (hot-swap), sem acarretar interrupção do funcionamento ou necessidade da troca de hardware principal;
- b.** Simulação de falha de componente de hardware ou software, para verificação da comutação automática ou hot stand-by;
- c.** Verificação se ativação automática da redundância garante a não interrupção parcial ou total dos serviços telefonia;

**1.2.** Para homologação da solução, todos os critérios elencados acima deverão ser atendidos. Caso seja constatado o não atendimento de algum item, a CONTRATADA será notificada e o prazo de homologação não será reiniciado.



## ANEXO VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA

### LISTA DE ABREVIATURAS

**Asterisk** – PABX de código aberto da DIGIUM.

**AMI (Asterisk Manager Interface)** – Permite um programa conectar em uma instância do Asterisk e executar comandos ou ler eventos do PBX, através de uma conexão TCP/IP. Desenvolvedores e Integradores podem ter inúmeras possibilidades através deste método.

**AGI (Asterisk Gateway Interface)** – É uma interface que permite adicionar funcionalidades ao Asterisk com diversas linguagens de programação. Exemplo: Perl, PHP, C, Pascal, etc.

**ATA** – Adaptador de Telefone Analógico.

**CallCenter** – Centro de atendimento a chamadas.

**CAS (Channels Associate Signaling)** – Sinalização por Canal Associado.

**Codecs** – CoDec é o acrônimo de Codificador/Decodificador, dispositivo de Hardware ou Software que codifica/decodifica sinais. Lista de Codecs no ANEXO IV.

**DTMF** – É a sigla em inglês de “Dual-Tone Multi-Frequency”. São os tons de duas frequências utilizados na discagem dos telefones mais modernos.

**E1** – Designação para canal digital (padrão europeu).

**ENLACE** – Canal de Comunicação de Dados.

**Ethernet** – protocolo difundido em redes de computadores.

**FXS** – Foreign Exchange Station – Ramal Analógico.

**FXO** – Foreign Exchange Office – Tronco Analógico.

**FSK (Frequency-shift keying)** – Sigla em inglês de Modulação por Chaveamento de Frequência, é uma técnica na qual o sinal digital modulante varia a frequência de uma onda portadora analógica de acordo com valores pré determinados.

**IAX2** – Inter-Asterisk Exchange Protocol - versão 2 (protocolo Digium)

**IP** – Internet Protocol – Protocolo de Internet

**ISDN** – Integrated Services Digital Network – Rede Digital de Serviços Integrados

**LCR (Least-Cost Routing)** – Sigla em inglês de Rota de menor custo. É a técnica onde as chamadas são roteadas em função do número discado, com a finalidade de reduzir os custos.

**MFC (MultiFrequêncial Compelida)** – É a sinalização de áudio utilizada pelas centraistelefônicas para troca de informações necessárias ao encaminhamento e estabelecimento de uma chamada.

**PABX** – Private Automatic Branch Exchange – Central Telefônica

**PABX / IP** – Private Automatic Branch Exchange / Internet Protocol – Central Telefônica IP

**PoE** – Power over Ethernet – Permite a transmissão de energia elétrica juntamente com dados para um dispositivo remoto, através do cabo de par trançado padrão em uma rede ethernet.

**PC** – Personal Computer – Computador Pessoal





**RFC** – Acrônimo em inglês de Request for Comments, é um documento que descreve os padrões de cada protocolo de internet, previamente a serem considerados um padrão.

**RTP e RTCP** – Do inglês Real-time Transport Protocol, é um protocolo de redes utilizado em aplicações em tempo real como por exemplo, entrega de dados áudio ponto-a-ponto, como Voz sobre IP. Define como deve ser feita a fragmentação do fluxo de dados áudio, adicionando a cada fragmento, informação de sequência e de tempo de entrega. O controle é realizado pelo RTCP – Real Time Control Protocol. Ambos utilizam o UDP como protocolo de transporte, o qual não oferece qualquer garantia que os pacotes serão entregues num determinado intervalo.

**SIP** - Protocolo de Iniciação de Sessão (Session Initiation Protocol) - SIP é um protocolo de sinal para estabelecer chamadas e conferências através de redes via Protocolo IP

**SDP (Session Description Protocol)** – O SDP destina-se a descrever multimedia communications sessions para os efeitos do anúncio da sessão, o convite da sessão e a negociação de parâmetros. O SDP não entrega a mídia em si, mas é usado para a negociação entre os pontos das extremidades e do tipo de mídia, o formato, e todas as propriedades associadas.

**SNMP – Simple Network Management Protocol** – Protocolo Simples de Gerência de Redes.

**SS7** – Signaling System 7 – Sinalização por canal comum 7 – Sinalização de comunicação entre Centrais Telefônicas Digitais

**Switch** – Comutador de rede

**T30 e T38** – São protocolos que possibilitam a utilização de Fax na tecnologia de Voz sobre IP.

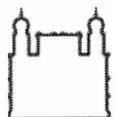
**TCP/IP** – Transmission Control Protocol / Internet Protocol – Protocolo de Controle de Transmissão / Protocolo de Internet

**URA** – Unidade de Resposta Audível

**VoIP** – Voz sobre IP

8





## ANEXO II DO EDITAL DE PREGÃO SRP

### MODELO DE TERMO DE CONTRATO

#### DECORRENTE DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

#### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS

#### TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ...../2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI COGIC /FIOCRUZ E A EMPRESA .....

A União, por intermédio do(a) COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI COGIC/FIOCRUZ/MS, com sede na Avenida Brasil, nº. 4.365, Prédio Sede da COGIC, Manguinhos, CEP.: 21.040-900, na cidade do Rio de Janeiro / Estado RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada pelo COORDENADOR-GERAL, Sr. ROBERTO PIERRE CHAGNON, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no DOU de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ..... em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Nº 00/2018-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

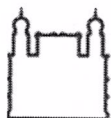
#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços aquisição de solução corporativa de telefonia, contemplando contratação de empresa especializada para fornecimento de PABX IP baseado em Software Livre, aparelhos telefônicos IP, serviço de instalação, serviço de treinamento, garantia “on site” com reposição de peças, sistema de bilhetagem e de tarifação baseados ou não em Software Livre, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, Edital e Anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ...../...../..... e encerramento em ...../...../....., somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1, da Lei n. 8.666, de 1993.



### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor da contratação é de R\$..... (.....), perfazendo o valor total de R\$.....(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recurso:

Projeto / Processo:

Elemento de Despesa:

### 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irrevogável.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ ..... (.....), na modalidade de ....., correspondente a 5% (cinco por cento) de seu valor total, no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

### 8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

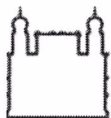
### 9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### 10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.





## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

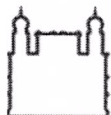
13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA REGULARIDADE DA CONTRATADA

15.1. A regularidade da CONTRATADA foi aferida por meio das consultas ao SICAF, TST, CEIS, CNJ e CADIN, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, anexadas às fls. \_\_\_\_ do processo nº 25389.000185/2017-22.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

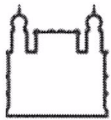
Rio de Janeiro, de                      de 2018.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:





## ANEXO III DO EDITAL DE PREGÃO SRP

### TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

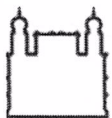
CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves



prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

“8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”

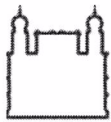
#### RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;





- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

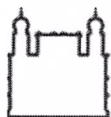
Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estrita) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput,



sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

#### DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

#### DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.

Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES

Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO

Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO

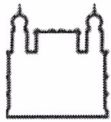
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO

Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União

Testemunhas:





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

---

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO

Presidente da Associação Nacional dos Magistrados  
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

---

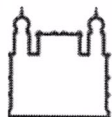
PAULO SÉRGIO DOMINGUES

Presidente da Associação dos Juízes Federais  
do Brasil – AJUFE

---

REGINA BUTRUS

Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  
do Trabalho – ANPT



## ANEXO IV DO EDITAL DE PREGÃO SRP

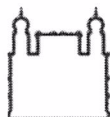
### PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Lote	Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Serviço de instalação, configuração e treinamento técnico de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) no Data Center Fiocruz e Aparelhos IP	05 Unidades		
	2	Serviço de instalação e configuração de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) de sobrevivência	10 Unidades		
	3	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 2 x E1	08 Unidades		
	4	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 4 x E1	04 Unidades		
	5	Serviço de instalação de Gateway FXO com 8 interfaces	04 Unidades		
	6	Serviço de instalação e configuração de Gateway FXS com 24 interfaces, incluindo instalação de cabo Centronics e Patch Panel compatível com cabo Centronics	06 Unidades		

**VALOR TOTAL DO GRUPO / LOTE 1: R\$**

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
7	Servidor - Modelo de referência: Servidor Dell powerWdge R530, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	10 Unidades		
8	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 600, com 2 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	08 Unidades		
9	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 1200, com 4 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	04 Unidades		





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

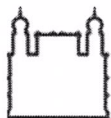
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

10	Gateway FXO - Modelo de referência: EBS-FXO 80, com 8 interfaces FXO, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	04 Unidades		
11	Gateway FXS - EBS-FXS SPX, com 24 interfaces de FXS, com cabo Centronics e Patch Panel 24 portas (compatível com cabo centronics) para distribuição dos ramais, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	06 Unidades		
12	Telefone IP Tipo 1 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-19P E2, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	1000 Unidades		
13	Telefone IP Tipo 2 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-27P, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20 Unidades		
14	Telefone IP Tipo 3 - Modelo de referência: Yealink SIP-T27G, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20 Unidades		
15	Telefone IP Tipo 4 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-58V, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20 Unidades		
16	Headset monoauricular USB - Modelo de referência: Phonetech R20USB-M, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	200 Unidades		
17	Instalação, fornecimento e treinamento de Sistema de tarifação para PABX IP, para no mínimo 1000 ramais.	03 Unidades		
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>				



## ANEXO V DO EDITAL DE PREGÃO SRP

### ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PGE Nº 00/2018-COGIC da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que a licitante \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, instalada no endereço: \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, representada tecnicamente e legalmente pelo profissional \_\_\_\_\_, documento de identidade nº \_\_\_\_\_, compareceu nesta data ao Campus FIOCRUZ/RJ e tomou conhecimento, em vistoria técnica, das condicionantes à prestação dos serviços alvo desta contratação.

Local e Data

(Assinatura, matrícula e identificação do Servidor da Fiocruz)

### DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

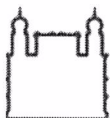
Local e Data

(Assinatura e identificação do representante legal da licitante)

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência de seu representante legal para a referida vistoria.

**OBS 2:** Os participantes que optarem por não realizar a Vistoria Técnica, deverão apresentar declaração assinada pelo seu representante legal, conforme consta do edital.





## ANEXO VI DO EDITAL DE PREGÃO SRP

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

A União, por intermédio do(a) COORDENAÇÃO-GERAL DE INFRAESTRUTURA DOS CAMPI COGIC/FIOCRUZ/MS, com sede na Avenida Brasil, nº. 4.365, Prédio Sede da COGIC, Manguinhos, CEP.: 21.040-900, na cidade do Rio de Janeiro / Estado RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representada pelo COORDENADOR-GERAL, Sr. ROBERTO PIERRE CHAGNON, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ..... de ....., inscrito(a) no CPF nº ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../20..., publicada no ..... de ...../20..., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, bem como à Portaria n. 409, de 21 dezembro de 2016 e à Instrução Normativa SEGES/MP n. 05, de 26 de maio de 2017, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviço de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... do edital de Pregão nº ...../20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

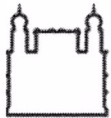
#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item Ou lote	Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)						
	Especificação	Unidade de medida	Valor Unitário	Valor total	Frequência	Periodicidade	Garantia

#### 3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do (a)....., não podendo ser prorrogada.



#### 4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

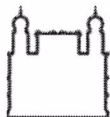
4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou





4.9.2. a pedido do fornecedor.

## 5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

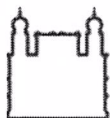
5.3. *A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2013.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)



## ANEXO VII DO EDITAL DE PREGÃO SRP

### TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Pelo presente Termo, a empresa \_\_\_\_\_ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo (s) seu (s) representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidas no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos dos materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

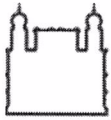
- a) A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS, sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;
- b) A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos às informações sigilosas a que tenham acesso.
- c) A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.
- d) A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou noutros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.
- e) A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretirável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

**Fundação Oswaldo Cruz**

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

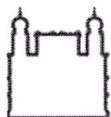
Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Razão Social, endereço e CNPJ da pessoa jurídica.

Assina o representante legal, preferencialmente o sócio gerente.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

## ANEXO VIII DO EDITAL DE PREGÃO SRP

### Proposta Pró-Forma

Documento: PR00000/2018-COGIC Processo: 25389.000000/2018-00  
Data da Licitação: Hora da Licitação:  
Proponente: Telefone:  
Endereço: Fax:  
Bairro: Cidade:  
UF: CEP:  
CNPJ/MF Insc. Estadual:

Banco: Agência: Conta Bancária:

Inscrição no SIMPLES: ☐ SIM ☐ NÃO

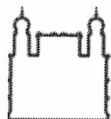
Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Lote	Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Serviço de instalação, configuração e treinamento técnico de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) no Data Center Fiocruz e Aparelhos IP	05 Unidades		
	2	Serviço de instalação e configuração de Sistema de Telefonia IP (PABX IP) de sobrevivência	10 Unidades		
	3	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 2 x E1	08 Unidades		
	4	Serviço de instalação e configuração de Gateway E1 com 4 x E1	04 Unidades		
	5	Serviço de instalação de Gateway FXO com 8 interfaces	04 Unidades		
	6	Serviço de instalação e configuração de Gateway FXS com 24 interfaces, incluindo instalação de cabo Centronics e Patch Panel compatível com cabo Centronics	06 Unidades		
VALOR TOTAL DO GRUPO / LOTE 1: R\$					

Item	Descrição	Quantidade Estimada	Valor Unitário	Valor Total
7	Servidor - Modelo de referência: Servidor Dell powerWdge R530, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	10 Unidades		





Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

Processo nº 25389.000182/2017-99

Pregão Eletrônico nº 00/2018-COGIC

8	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 600, com 2 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	08 Unidades		
9	Gateway E1 - Modelo de referência: EBS-E1 SPX 1200, com 4 E1, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	04 Unidades		
10	Gateway FXO - Modelo de referência: EBS-FXO 80, com 8 interfaces FXO, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	04 Unidades		
11	Gateway FXS - EBS-FXS SPX, com 24 interfaces de FXS, com cabo Centronics e Patch Panel 24 portas (compatível com cabo centronics) para distribuição dos ramais, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	06 Unidades		
12	Telefone IP Tipo 1 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-19P E2, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	1000 Unidades		
13	Telefone IP Tipo 2 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-27P, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20 Unidades		
14	Telefone IP Tipo 3 - Modelo de referência: Yealink SIP-T27G, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20 Unidades		
15	Telefone IP Tipo 4 - Modelo de referência: Yealink SIP-T-58V, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	20 Unidades		
16	Headset monoauricular USB - Modelo de referência: Phonetech R20USB-M, conforme especificações técnicas contidas no Anexo I	200 Unidades		
17	Instalação, fornecimento e treinamento de Sistema de tarifação para PABX IP, para no mínimo 1000 ramais.	03 Unidades		
<b>VALOR TOTAL: R\$</b>				

Valor Global da Proposta:

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

